ANTICAPITALISTA #4

JUL/SET 2017 | REDEANTICAPITALISTA.NET

Mexeu com uma, mexeu com todas! Não à cultura da violação! ✪ Regularização dos precários do Estado: um bom exemplo ✪ Floresta: de onde vimos, para onde vamos, o que fazer? ✪ Ativismos insurgentes e Ativismos institucionais em contextos de ação coletiva. De uma síntese necessária ✪ Há um "modelo português" para Pedro Sanchez? ✪ Greve na PT no dia 21 de julho ✪ O ativismo político das trabalhadoras russas em 1917: Que tipo de patriarcado enfrentaram as mulheres? ✪ Tempo, trabalho, dominação social... e destruição ecológica. Retorno a Moishe Postone ✪ Artigos de Andrea Peniche, Patrícia Martins, Ricardo Moreira, João Camargo, Hugo Monteiro, Jorge Costa, Anne Bobroff-Hajal, Daniel Tanuro ✪

Anticapitalista #4 | Jul/Set 2017

Em Rede

3 Mexeu com uma, mexeu com todas! Não à cultura da violação!
Andrea Peniche e Patrícia Martins

5 Regularização dos precários do Estado: um bom exemplo
Ricardo Moreira

7 Floresta: de onde vimos, para onde vamos, o que fazer?
João Camargo

Sem Fronteiras

12 Há um "modelo português" para Pedro Sanchez?
Jorge Costa

Vai acontecer

17 Greve na PT - 21 de julho

Fundamentos

18 O ativismo político das trabalhadoras russas em 1917: Que tipo de patriarcado enfrentaram as mulheres?
Anne Bobroff-Hajal

Outras Palavras

27 Tempo, trabalho, dominação social... e destruição ecológica.
Retorno a Moishe Postone
Daniel Tanuro

redeanticapitalista.net
facebook.com/redeanticapitalista
info@redeanticapitalista.net

Foto no Facebook do Espaço Cultural Com Ca

Mexeu com uma, mexeu com todas! Não à cultura da violação!

ANDREA PENICHE* E PATRÍCIA MARTINS**

O dia 25 de maio trouxe à rua de várias cidades do país - Braga, Porto, Coimbra, Lisboa, Faro – centenas de manifestantes – uma maioria muito expressiva de mulheres - contra a cultura da violação. Uns dias antes, um órgão de imprensa tinha divulgado um vídeo com uma situação de abuso sexual de uma rapariga num autocarro do Porto, no âmbito da Queima das Fitas. As notícias e os comentários que a propósito deste abuso surgiram tornaram urgente a tomada de posição pública sobre a cultura da violação. Primeiro, foi necessário dar nome às coisas: explicar o que é a cultura da violação. Foi isso que fez no manifesto que convocou a manifestação:

«A cultura da violação é aquela que encara as mulheres como objetos sexuais e de consumo masculino. É o entendimento de que as mulheres não são seres autodeterminados e donas da sua sexualidade.

A cultura da violação é aquela que afirma, confortavelmente, que os homens são incapazes de controlar os seus impulsos sexuais, desculpando, por isso, os comportamentos agressivos, procurando naturalizá-los.

Uma sociedade que aceita e assimila esta cultura é uma sociedade que relativiza os crimes contra a autodeterminação sexual: os homens não se conseguem controlar e as mulheres devem estar ao serviço dos impulsos masculinos. Esta cultura, ao invés de defender e proteger as vítimas, culpabiliza-as, trazendo para a discussão a forma como as mulheres se vestem, os locais que frequentam, as horas a que o abuso ocorre e o estado de lucidez da vítima e/ou do agressor como argumentos aceitáveis para o desagravo de um comportamento que é crime. Esta cultura tolhe a liberdade das mulheres, porque faz recair sobre elas a responsabilidade de não serem agredidas.

No país dos brandos costumes, as mulheres continuam a ser cidadãs de segunda. É contra isto que nos levantamos. Contra uma cultura que desculpabiliza a violência de género, que ignora os direitos humanos e que transforma as vítimas em culpadas».

O manifesto foi inicialmente subscrito por seis organizações, conseguindo recolher, posteriormente, as subscrições de mais de 50 coletivos e associações. A convocação da manifestação foi feita em rede, por meio dos contactos dos diversos ativismos feministas e outros em solidariedade. A experiência de organização da campanha contra o assédio sexual em espaço público, que culminou com a convoca-

ção da Marcha das Mulheres – Não sejas Trump! de 21 de janeiro, foi determinante. A rede ativista estava parcialmente formada e a sensibilidade para a importância das reivindicações do movimento feminista era já património comum de um amplo conjunto de movimentos e coletivos ativistas. Só assim foi possível a convocação-relâmpago desta manifestação.

Há, de facto, uma cultura da violação com a qual todos e todas convivemos e vamos aceitando. O facto de termos saído à rua teve uma importância fundamental: o problema foi recolocado e recentrado, tendo sido retirado do campo das "coisas sem nome" que nos acontecem e que fazem parte da nossa cultura. Ter dado visibilidade a esta forma de machismo quotidiano permitiu que estes comportamentos e agressões possam ser agora percebidos e reconhecidos como parte de uma cultura mais ampla, como parte de um sistema que se organiza sob o princípio da desigualdade entre homens e mulheres, e não como um conjunto de agressões contra vítimas particulares. Não, quando mexem com uma, mexem com todas, exatamente porque estas agressões não são particularizáveis, no sentido em que são agressões contra todas as mulheres, porque, precisamente, nascem de uma cultura que as vê como subalternas. A cultura da violação está intrinsecamente enraizada nas sociedades que habitamos, prejudica e cria dano nas vidas da generalidade das mulheres que todos os dias enfrentam agressões machistas e são condicionadas nas suas formas de viver, seja através da imposição de maneiras "respeitosas" de se vestirem, seja na socialização na cultura do medo e na ideia de que a responsabilidade de evitar agressões é das vítimas, que se devem dar ao respeito e ser discretas - invisíveis, se possível - e são concebidas como estando ao serviço de outros e não como pessoas autodeterminadas. Nada disto é aceitável. Quando nos propõem uma cidadania mitigada, nós exigimo-la por inteiro. Quando nos apresentam a solução dos comportamentos condicionados pelo medo para nossa proteção, nós exigimos liberdade.

TER DADO VISIBILIDADE A ESTA FORMA DE MACHISMO QUOTIDIANO PERMITIU QUE ESTES COMPORTAMENTOS E AGRESSÕES POSSAM SER AGORA PERCEBIDOS E RECONHECIDOS COMO PARTE DE UMA CULTURA MAIS AMPLA, COMO PARTE DE UM SISTEMA QUE SE ORGANIZA SOB O PRINCÍPIO DA DESIGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES, E NÃO COMO UM CONJUNTO DE AGRESSÕES CONTRA VÍTIMAS PARTICULARES.

* Editora, ativista feminista.

** Técnica de intervenção comunitária, ativista feminista.

Regularização dos precários do Estado: um bom exemplo

RICARDO MOREIRA *

Este é um processo triplamente benévolo: porque pode acabar com a contratação ilegal no Estado, porque pode resultar numa redução de custos para a Administração Pública e porque pode contribuir para a melhoria dos serviços públicos.

O programa de regularização dos precários do Estado é um enorme passo na direção certa: um Estado que cumpre as suas obrigações legais é essencial para garantir que todos os agentes económicos também as cumprem, o que faz toda a diferença para a vida de centenas de milhares de pessoas.

A regularização dos precários do Estado é, antes de mais, uma enorme vitória dos movimentos de trabalhadores precários que conseguiram pôr o tema da precariedade no topo da agenda política, fazendo passar uma lei de combate aos falsos recibos verdes ainda no período da troika e garantindo o compromisso de vários partidos para uma nova agenda de combate à precariedade.

De acordo com dados do relatório do governo sobre precariedade no Estado, há mais de 116 mil pessoas em situação irregular, sem ter em conta os casos de falso outsourcing e falsos estágios. São pessoas contratadas a falsos recibos verdes, contratados a prazo e que realizam diariamente tarefas permanentes e imprescindíveis na Administração Pública. Por isso, sejamos claros, este é um processo triplamente benévolo: porque pode acabar com a contratação ilegal no Estado; porque pode resultar numa redução de custos para a Administração Pública, cortando com as comissões das empresas de trabalho temporário e afins; e porque pode contribuir para a melhoria dos serviços públicos, beneficiando todos os cidadãos.

Assim, até 30 de junho, todos os trabalhadores do Estado central – os trabalhadores das autarquias ficarão para outra fase, de acordo com a portaria do governo – com vínculos precários a trabalhar para a Administração Pública puderam submeter um requerimento para verem a sua situação regularizada. Nas últimas semanas têm vindo a público notícias de que dezenas de milhares de trabalhadores da função pública entregaram os seus requerimentos às Comissões de Avaliação Bipartida (CAB), mas este é apenas o primeiro passo.

O governo, principalmente depois das declarações de António Costa de que ninguém ficaria para trás, tem a obrigação de usar as CAB para fazer o levantamento exaustivo das situações irregulares de cada ministério e de as tratar. Se o levantamento preliminar do governo identificou 116 mil pessoas com vínculos precários na Administração Pública, ninguém compreenderia se no final do processo houvesse uma grande discrepância entre esse número e o número de pessoas regularizadas.

Os movimentos de precários organizaram entregas coletivas e sessões de esclarecimento com centenas de pessoas; também os sindicatos tiveram um papel essencial porque puderam submeter, eles próprios, processos às CAB.

Numa terceira fase do procedimento, após a identificação dos trabalhadores a regularizar, o governo terá de propor um método para a integração destas pessoas. Se, como tem vindo a público, a metodologia se basear na que foi usada em 1996 para regularizar 40 mil pessoas com contratos a termo e recibos verdes, creio que estamos no bom caminho. Isso seria a garantia de que quem trabalha num local há anos se mantém a realizar o seu trabalho.

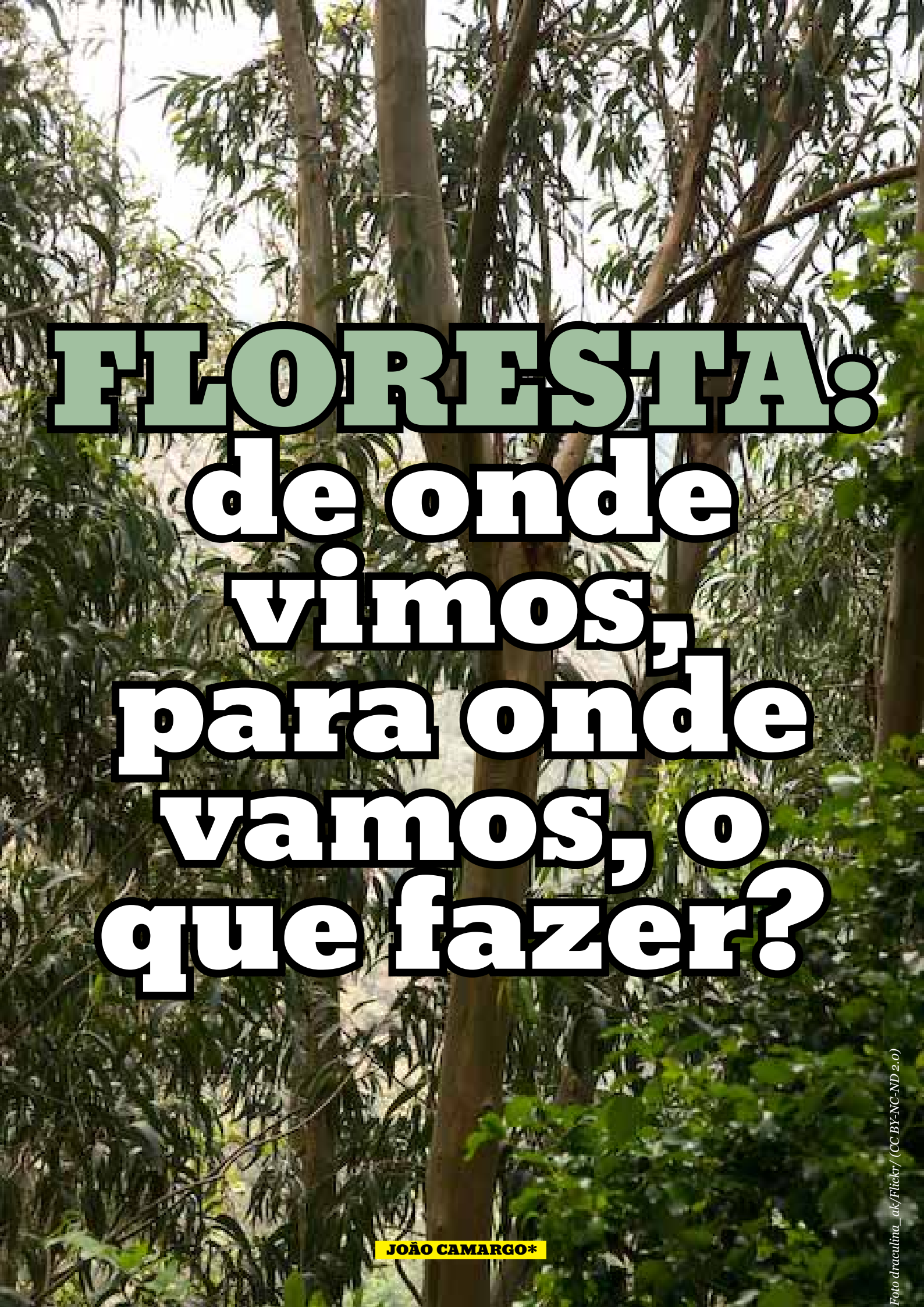
Felizmente, graças à pressão dos movimentos de precários e dos sindicatos, o governo recuou na intenção de só regularizar os precários com mais de três anos de antiguidade. Era uma imposição sem sentido, porque uma função é ou não permanente independentemente da antiguidade do trabalhador e porque o Estado não pode inventar para si regras próprias mais flexíveis do que as que o Código do Trabalho impõe aos demais empregadores.

Fica a faltar um processo semelhante para as mais de 21 mil pessoas que trabalham nas autarquias com vínculos precários. Esse processo tem a mesma urgência e não se compreende o seu adiamento.

FICA A FALTAR UM PROCESSO SEMELHANTE PARA AS MAIS DE 21 MIL PESSOAS QUE TRABALHAM NAS AUTARQUIAS COM VÍNCULOS PRECÁRIOS. ESSE PROCESSO TEM A MESMA URGÊNCIA E NÃO SE COMPREENDE O SEU ADIAMENTO.

O programa de regularização dos precários do Estado é um momento histórico em que a Administração Pública faz as pazes com centenas de milhares de trabalhadores e inaugura um novo ciclo na sociedade portuguesa que já declarou tolerância zero aos vínculos precários ilegais

* Engenheiro, Mestre em Economia e Políticas Públicas, Investigador em Trabalho e Segurança Social..



FLORESTA: de onde vimos, para onde vamos, o que fazer?

JOÃO CAMARGO*

Foto draculina_ak/Flickr/ (CC BY-NC-ND 2.0)

Em Portugal, a área florestal atual é de 3 milhões e 180 mil hectares. A história da floresta no território nacional atravessou vários processos sociais e históricos, desde a regressão de uma floresta maioritariamente de carvalhos - com a expansão da agricultura no Neolítico e, mais tarde, do pastoreio -, passando pela plantação do Pinhal de Leiria - para fixar as dunas – no reinado de Afonso III e pelo abate em grande escala de carvalhos para construção de naus até às monoculturas do pinheiro e eucalipto. Com a expansão e o comércio marítimo, a procura por madeira (principalmente de carvalho) tornou-se tão importante que esta passou a ser um bem escasso, originando medidas de regulamentação do abate e de proteção da floresta. A Lei das Árvores, de 1565, obrigava à plantação de carvalhos, pinheiros e castanheiros autóctones em zonas incultas e baldios. O acesso a madeiras abundantes em África e no Brasil significou, em grande medida, que os 300 anos seguintes não tiveram muitos marcos importantes na floresta, que se encontrava restrita a poucas áreas. No séc. XIX, a política florestal adotou uma visão estritamente utilitária, servindo para conter o avanço do litoral, fixar dunas e abastecer a Marinha e a construção naval: constituía-se a Administração Geral das Matas, que respondia ao Ministério da Marinha. Em 1875, a área arborizada era de 670 000 hectares: 370 000 de montados, 210 000 de pinhais, 50 000 de soutos e carvalhais. Correspondia a menos de 7% do território nacional.

Na monarquia, as matas públicas cresceram, o que continuou na Primeira República e na maior parte do período do Estado Novo. O Plano de Povoamento Florestal 1938–1968 previa arborizar 420 000 hectares do território nacional, principalmente com pinheiro bravo, para garantir a segurança dos solos, a redução do impacto da erosão pela chuva, a melhoria da saúde pública e o emprego. Este plano, destinado principalmente ao norte do país, foi financiado através do orçamento do Estado. No final deste processo, a área de matas nacionais gerida pelos serviços florestais era de cerca de 60 mil hectares. Até 1995, a área florestal portuguesa apresentava uma tendência de aumento. Um dos maiores crescimentos em termos absolutos ocorreu entre 1875 e 1938, em que a área terá aumentado mais de 1 milhão e meio de hectares, com a promoção do montado no sul e do pinhal no norte do país. O Plano Florestal Nacional do Estado Novo, em contraste com a perspetiva florestal governamental anterior (uma estratégia de conservação), começou a voltar-se para a produção. Este plano expandiu a floresta em cerca de 400 mil hectares. Enquanto até 1938 era aos privados que cabia a principal fatia de plantação e orientação estratégica, a partir de então passou a ser o Estado a dominar a plantação, embora a propriedade continuasse a ser avassaladoramente privada (os serviços florestais plantavam em terrenos públicos e privados). Até 1989, o Estado foi o principal responsável pelas plantações, estabelecendo parcerias com os serviços florestais e a Portucel, na altura uma empresa pública. A área florestal máxima alcançada em Portugal ocorreu perto de 1995, a seguir ao pico de área máxima de pinhal. Em 1996 foi aprovada uma Lei de Bases da Floresta com planos regionais de ordenamento, zonas de intervenção, apoio ao associativismo. Durou e influenciou pouco. Os serviços florestais foram desmantelados, primeiro através da sua integração nos serviços da agricultura, depois passando a Autoridade Florestal Nacional e, finalmente, fundindo-se com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, criando-se uma impotente megaestrutura – por Passos Coelho e Assunção Cristas - que se mantém até hoje. Em 2010 o eucalipto ultrapassou o pinheiro-bravo enquanto primeira espécie florestal em área. Nos últimos 25 anos, Portugal tem vindo a perder anualmente floresta a um ritmo médio de 10 000 hectares/ano, 254 mil hectares segundo a FAO, sendo assinalado como um dos 5 países do mundo que mais área florestal perdeu. Esta desflorestação foi acompanhada por um constante aumento na área de plantações de eucalipto: há mais 321 mil hectares de eucalipto nos últimos 25 anos. A floresta nacional é uma monocultura com baixa biodiversidade, com

NOS ÚLTIMOS 25 ANOS, PORTUGAL TEM VINDO A PERDER FLORESTA A UM RITMO MÉDIO DE 10 000 HECTARES/ANO, 254 MIL HECTARES SEGUNDO A FAO, SENDO ASSINALADO COMO UM DOS 5 PAÍSES DO MUNDO QUE MAIS ÁREA FLORESTAL PERDEU. ESTA DESFLORESTAÇÃO FOI ACOMPANHADA POR UM CONSTANTE AUMENTO NA ÁREA DE PLANTAÇÕES DE EUCALIPTO: HÁ MAIS 321 MIL HECTARES DE EUCALIPTO NOS ÚLTIMOS 25 ANOS.

uma extensão de eucalipto de mais de 900 mil hectares, a maior área relativa de eucaliptal do mundo (mais de 9% do território nacional e mais de 28% da área "florestal"). É a quinta maior área absoluta de eucaliptal, apenas atrás da China, do Brasil, da Índia e da Austrália. A produção florestal está hoje maioritariamente direcionada para a produção de pasta de papel, através da indústria da celulose que é dominada pela Navigator Company (ex-Portucel/Soporcel), pela Altri (Caima, Celtejo, Celbi e AltriFlorestal) e pela Europac&Kraft (a Renova pertence à CELPA, mas tem um consumo marginal de celulose de eucalipto).

Em Portugal, mais de 85% das propriedades florestais têm menos de 5 hectares. No norte e no centro do país predominam os proprietários de áreas pequenas (1 a 5 ha) e muito pequenas (menos de 1 ha), nas quais estão plantados, sobretudo, pinheiros e eucaliptos. Esta dimensão mínima é agravada pelo sistema da propriedade indivisa, que retalha as propriedades por vários coproprietários. Estima-se que a área do território nacional abandonada e de proprietário desconhecido seja de mais de 2 milhões de hectares, perto de 20% do território nacional e maioritariamente floresta. É na zona de minifúndio do centro e norte e no Algarve que se encontra a maioria desta área abandonada.

ESTIMA-SE QUE A ÁREA DO TERRITÓRIO NACIONAL ABANDONADA E DE PROPRIETÁRIO DESCONHECIDO SEJA DE MAIS DE 2 MILHÕES DE HECTARES, PERTO DE 20% DO TERRITÓRIO NACIONAL E MAIORITARIAMENTE FLORESTA. É NA ZONA DE MINIFÚNDIO DO CENTRO E NORTE E NO ALGARVE QUE SE ENCONTRA A MAIORIA DESTA ÁREA ABANDONADA.

Em 2013 foi aprovado o Regime Jurídico de Arborizações e Rearborização (DL 96/2013), conhecido como Lei do Eucalipto, que, a coberto de melhorar a burocracia nas operações florestais, liberalizou a plantação de eucaliptal ao dar deferimento tácito à plantação de eucaliptos em propriedades com menos de 2 hectares (o que representa 80% das propriedades florestais do país). A responsabilidade desta lei é da ex-ministra Assunção Cristas e do secretário de Estado das Florestas Francisco Gomes da Silva, que veio substituir o hesitante Daniel Campelo (que, aparentemente, não queria aprovar esta lei) e, terminado o processo, saiu do governo. As celuloses gerem uma área pequena do território florestal (150 mil hectares diretamente), mas são os principais recetores dos mais de 750 mil hectares de eucalipto plantados por proprietários privados e também em áreas abandonadas.

INCÊNDIOS FLORESTAIS

Os incêndios florestais na região do Mediterrâneo são uma constante milenar, com adaptações evolutivas das espécies predominantes na floresta autóctone. Portugal acompanhava as tendências de incêndios florestais dos climas que lhe eram comparáveis: Espanha, Itália, Grécia, sul de França. A partir da década de 1990, Portugal disparou em relação aos restantes países, sendo hoje, incontestavelmente, o país mediterrânico e europeu onde há mais incêndios florestais. O principal fator com poder explicativo para esta tendência (ao qual se junta o desmantelamento dos Serviços Florestais) é a composição da floresta portuguesa, onde predomina o eucaliptal, e o gigantesco processo de despovoamento das zonas rurais. Na década de 1980 o número médio de ignições anual era de 7380 e a área ardida anual de 73 mil hectares. Na década de 2000 o número de ignições mais do que triplicou - 24 949/ano - e a área ardida alcançou os 150 mil hectares. Entretanto, a subida da temperatura, por força do aquecimento global, agudiza todas as vulnerabilidades do território e aumenta drasticamente as condições favoráveis a incêndios rápidos e de grandes dimensões. Cada vez que há matéria combustível no chão (isto é, cada vez que não tenha havido um incêndio nos dois anos anteriores), cada vez que estejam 40º C dois dias consecutivos, com vento, e em que haja noites tropicais acima dos 20º C, o número de dias de alerta vermelho não parará de crescer. Com menos precipitação e menos humidade, os incêndios suceder-se-ão. A certeza é a de que isto irá acontecer, não só pelo clima mediterrânico próprio da nossa localização geográfica, mas também pelo novo, mais quente e mais seco clima. Está, aliás, já em marcha.

Em 2003 arderam 425 mil hectares e em 2005 arderam 339 mil. Estima-se que desde 1975 tenham ar-

Estatística Anual do Número de Ocorrências e Área Ardida no Período de 2001 a 2010						
Ano	Nº ocorrências			Área Ardida (ha)		
	Fogachos	Incêndios*	Total	Povoamento	Mato	Total Florestal
2001	20.049	6.898	26.947	45.616,7	66.695,2	112.311,9
2002	20.055	6.521	26.576	65.164,5	59.454,6	124.619,1
2003	20.896	5.323	26.219	286.055,5	139.783,6	425.839,1
2004	17.096	5.069	22.165	56.271,5	73.836,3	130.107,8
2005	27.632	8.192	35.824	213.921,3	125.167,6	339.088,9
2006	16.945	3.499	20.444	36.320,3	39.738,0	76.058,3
2007	16.639	3.677	20.316	9.828,8	39.534,7	49.363,5
2008	12.339	2.591	14.930	5.461,3	12.103,4	17.564,8
2009	20.274	5.862	26.136	24.097,4	63.323,4	87.420,8
2010	18.056	3.970	22.026	46.079,5	87.011,3	133.090,7

** área ardida superior a 1 hectare*

Fonte: AFN2011/SGIF

dido cerca de 4,3 milhões de hectares de floresta em Portugal. Em 2017, ainda antes da época de fogos começar, a 17 de junho, verificou-se uma anomalia da temperatura - que se elevou 5 a 7º C acima do normal para o país e 9 a 11º C acima do normal no pinhal interior. Neste dia, morreram 64 pessoas na zona de Pedrógão Grande, queimadas vivas nas suas aldeias e nos carros, na tentativa de fuga.

A inação e manutenção do poder da indústria da celulose que prolifera face ao abandono reforça o ciclo abandono-eucaliptização-incêndio-eucaliptização-abandono e contribui para a exaustão de solos e esgotamento da água numa área crescente, aumentando os riscos de desertificação e inviabilidade do território português.

PARA ONDE VAMOS E O QUE FAZER

O centrão político está totalmente dominado pelo setor das celuloses. Basta que lhes acenem com a miragem de 12% das exportações nacionais e o contributo de mais de 1% do PIB para que lhes seja permitido qualquer crime, para que lhes seja entregue mais de 9% do território nacional, para que lhes sejam dadas isenções fiscais, para que lhes sejam entregues subsídios públicos nacionais e comunitários, para que a sua acção e inação seja o pano de fundo de dezenas de mortes e mais de mil milhões de euros de prejuízos em cada ano de incêndios. O PS, mesmo no rescaldo das mortes em Pedrógão Grande, recusou-se a interromper um financiamento com mais de 9 milhões de euros para a re-eucaliptização de uma zona ardida... em Pedrógão Grande. A reforma da floresta, prometida por António Costa e Capoulas Santos, mesmo depois da tragédia, promete ser fraca, mantendo estruturalmente intactos os interesses da indústria das celuloses e a estrutura de propriedade e o abandono patente do território.

Mais vinte anos de incêndios florestais e o business as usual deverão tornar quase inviável a plantação de eucaliptos, ou de quaisquer outras espécies florestais. O agudizar das alterações climáticas numa floresta totalmente artificializada e que, ao invés de conservar águas e solos, os destrói, está a destruir a viabilidade do mundo rural na maior parte do território hoje considerado florestal.

Ao exultar a importância das exportações, as celuloses e vários académicos de departamentos fortemente subsidiados por este setor—nomeadamente no Instituto Superior de Agronomia e na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro—, assim como alguns avençados das celuloses, não reconhecem que a floresta de exportação, quer de eucalipto, quer de pinheiro, está, na realidade, a retirar nutrientes dos solos e a metê-los num navio, em forma de matéria-prima ou de produtos transformados, e a apostar num tipo de cultura que reduz o nível de água disponível - aumentando a vulnerabilidade do território à desertificação e a todos os riscos de incêndio -, criando ciclos vegetais

cada vez mais frágeis e dependentes de inputs químicos e desvios de água em grande escala, que fragilizam outros territórios. Sobre a criação de emprego, é importante referir os números: a celulose emprega menos de 3 mil pessoas.

Não se conhecem os proprietários da floresta em Portugal, o que só revela quão primitivo é o capitalismo das celuloses: ele depende da ignorância para se manter. 40 anos de governos de centro e de direita coincidiram na escolha de não fazer um cadastro florestal. É urgente avançar com este cadastro. No final do mesmo, poderemos saber com exatidão que áreas florestais abandonadas há, para começar um processo de emparcelamento e nacionalização. Há uma ideia, que defende os interesses de pequenos grupos de proprietários florestais, de que as áreas abandonadas devem ser entregues aos pequenos produtores que estão na floresta. Esta proposta não tem qualquer hipótese de servir o objetivo de uma floresta viável, habitada e de futuro, porque apenas criará uma pequena classe terra-tenente promovida Estado. Uma vez mais, um corporativismo primitivo. Nos últimos 20 anos houve um importante apoio ao associativismo florestal e o insucesso das Zonas de Intervenção Florestal revela a fragilidade dessa abordagem. Estes setores juntaram-se à direita numa obsessão pela propriedade, mesmo da propriedade abandonada e perigosa para as populações e ecossistemas. Mesmo países com Eestados estruturalmente conservadores, como o Reino Unido, ou estruturalmente liberais, como os Estados Unidos da América, mantêm mais de 60% das áreas florestais na posse pública, mas em Portugal insiste-se na tese do "papão" da expropriação. A urgência das consequências das alterações climáticas e da salvaguarda de populações e territórios é clara: o Estado deve expandir as suas áreas próprias e impor regras muito concretas: sobre plantações, ordenamento, segurança, espécies. A recriação de serviços florestais também é uma decisão importantíssima: Portugal tem 1/9 dos funcionários públicos em serviços florestais da Grécia. Portugal tem 1/20 avos dos funcionários em serviços florestais da Espanha. 540 pessoas para mais de 3 milhões de hectares. É também necessário aumentar muitíssimo o número de guardas e vigilantes da Natureza, outra área devastada por décadas de austeridade e desmantelamento do aparelho do Estado, que hoje são cerca de 223.

É necessário um projeto de redução sustentada e acelerada da área de eucaliptal e de pinheiro em monocultura. Esse projeto tem como objetivos principais: reduzir os incêndios, reduzir a violência e a velocidade dos incêndios e substituir a área ardida por outras espécies que permitam um efetivo aumento de capacidade de conservação de solos e águas, criando uma floresta multidimensional, que não seja só cash crops e que deve ter espécies como carvalhos, sobreiros, castanheiros, vidoeiros, entre outras, em articulação com uma agricultura extensiva, a pastorícia e outras atividades de baixa intensidade. O objetivo deve ser manter a área florestal nos números de hoje, fixar populações, mas mudar o perfil produtivo: a viabilidade do território é muitíssimo mais prioritária que a obtenção de rendimento imediato. O final de quaisquer apoios públicos a indústrias como a da celulose é imperativo. Esse financiamento deve ser transferido para apoiar a redução das áreas industriais. A jusante, o reforço do combate aos incêndios florestais deve implicar uma duplicação do número de bombeiros profissionais, de 6400 para 12 800, e um reforço importante aos 42 500 bombeiros voluntários, preparando o combate aos incêndios durante todo o ano e não apenas durante a época oficial de incêndios que, como se prova, não é mais válida.

A escolha de para onde vamos e o que fazer é central: a indústria bater-se-á sempre pela sua sobrevivência, que significa a multiplicação dos riscos naturais do território mediterrânico para as populações. Não existirá uma floresta habitada, um meio rural sustentado e um território a travar o seu despovoamento enquanto o dinheiro continuar a entrar nos cofres das celuloses. O lucro do capitalismo é incompatível com o combate às alterações climáticas e a civilização futura será inviável sob o lucro do capitalismo.

*Engenheiro agrónomo e engenheiro do ambiente, investigador em alterações climáticas. Dirigente da Associação de Combate à Precariedade - Precários Inflexíveis e ativista pela justiça climática no movimento Climáximo. Dirigente do Bloco de Esquerda.

Activismos insurgentes e Activismos institucionais em contextos de acção colectiva. De uma síntese necessária

HUGO MONTEIRO *

Activismos insurgentes e Activismos institucionais em contextos de acção colectiva. De uma síntese necessária

Hugo Monteiro

No mês de Maio de 2017, surgia em França uma polémica que, em versão reduzida e necessariamente tendenciosa, incendiou órgãos de comunicação social e redes sociais públicas ou privadas, ramificando para lá das fronteiras gaulesas. Estava em causa a iniciativa de um colectivo afro-feminista que, sob o lema "don't agonize, organize!", promove o Festival Nyansapo, constituído por um grande evento público e por alguns eventos reservados, em espaço privado, a negros, negras e afrodescendentes. Foi precisamente a questão da legitimidade destes espaços reservados que acendeu ânimos em colunas de jornal e caixas de comentários um pouco por todo o mundo. Não será tanto o ponto de situação desta polémica o que aqui nos interessará, mas antes o que ela revela, o que denuncia da visão dominante sobre activismo, associativismo e participação cidadã. A partir dela, mas para além dela, escavam-se diferenças – e tardam as sínteses – entre o que designaremos por *Activismos insurgentes* e, por outro lado, *Activismos institucionais*.

No que tem de menos circunstancial e de mais interessante, a polémica gerada a partir do Festival Nyansapo possibilita uma espécie de estado de arte das formas de se conceber a acção colectiva, revisitando ao mesmo tempo uma história que o tempo tratou de suavizar. Bem para lá da mera ocasião, as posições em debate traçam-nos uma caricatura da acção militante, ao mesmo tempo que exemplificam o modo como os direitos políticos e sociais, os vários discursos das várias minorias ou o direito à construção de formas de vida e de expressão alternativas surgem hoje sob a vigilância, invisível o mais das vezes, por parte dos poderes hegemónicos. Avançaremos, tendo esta situação como exemplo ilustrativo, para algumas hipóteses e contrapropostas no sentido de conceber uma ação coletiva abrangente, politizada e anticapitalista, na síntese necessária entre *insurreição* e *instituição*.

A) CONTORNOS GERAIS DE UMA SITUAÇÃO EM TRÊS HIPÓTESES INTERPRETATIVAS

AS FORMAS INSURGENTES DE ORGANIZAÇÃO COLECTIVA GERAM ACTUALMENTE MAIS ALARME E MAIS PREOCUPAÇÃO DO QUE UMA MANIFESTAÇÃO DE EXTREMA-DIREITA.

Alertada pelo *tweet* de um militante de extrema-direita, a Presidente da Câmara de Paris, Anne Hidalgo, solicita a interdição do Festival Nyansapo (iniciativa activista de pensamento e acção afro-feminista), dada uma aparente intenção, por parte da organização, de "interditar a presença a brancos". Era essa a formulação do autor do alarme, prestimoso dirigente da Front National, seguido em improvável aliança pela governante de Paris, por associações anti-racistas como o SOS Racisme ou o LICRA e por tantas pessoas que inundaram espaços de comentário com inflamados insultos às organizadoras do evento. Por cá, os jornais destacaram unicamente a posição de Hidalgo, aceitando levianamente não só a suposta "interdição a brancos" como a acusação de "racismo invertido" lançada sobre os/as apoiantes da causa. Constata-se, para além da superfície das reacções mediáticas, o germe de um debate adiado em torno de activismos, da sua forma histórica e dos seus desafios actuais. Em cada reacção alarmada e por cada aliança improvável,

o estado de vigilância contorna qualquer estratégia activista e qualquer fundamento político, para permanecer numa superficialidade em que a discussão se torna impossível. A ideia de que esta iniciativa activista é "interdita a brancos" nunca foi verdadeira.

A SUPERFICIALIDADE, ELEMENTO PREPONDERANTE NA "POLÍTICA DO TWEET", PRODUZ "VERDADES ALTERNATIVAS" SOBREPOSTAS AO PRÓPRIO CONHECIMENTO HISTÓRICO.

Na verdade, tanto o Festival como o colectivo que o organiza não limita um evento público à presença de brancos/as. A iniciativa tem expressão rigorosamente pública no seu programa público, contando, em locais privados, com espaços não-mistos para mulheres negras, para pessoas negras e para mulheres racializadas. A justificação quase desdobra a intenção do colectivo organizador, como se posiciona na herança de uma tradição activista que, ao contrário do afirmado pelo LICRA[1], um dos movimentos anti-discriminação apoiantes da posição de Hidalgo, permitiu a politização de figuras como Rosa Parks e fez história nas lutas pela conquista de direitos de oprimidos/as de todas as épocas. A reacção inflamada da LICRA, organização contra o racismo e contra o anti-semitismo, talvez empolgada pela produção do "soundbyte", desconsidera a própria biografia de Rosa Parks, nas raízes profundas do seu relevo político.

UM ACTIVISMO CRÍTICO, CONSEQUENTE COM AS ALTERNATIVAS QUE ENSAIA ALCANÇAR, RECLAMA A EXPRESSÃO E A PALAVRA PRÓPRIA DOS SEUS VERDADEIROS AGENTES, IDENTIDADES FLUÍDAS QUE FALAM POR SI MESMAS.

Como todos/as os/as herdeiros, directos ou indirectos, da máquina segregadora da história do capitalismo, os negros, os mestiços, os afrodescendentes, em situação minoritária amplificada na mulher negra, na mulher Árabe dos arredores de Paris, na mulher cigana dos bairros sociais portugueses... não têm mecanismos de organização colectiva. Em todo o lado e por toda a parte, enfrentam poderes que são eficazes dispositivos de imposição de silêncio e de invisibilidade. Na escola, nos bairros, nas Comissões de Moradores, a palavra está condicionada e policiada, o que desencoraja ou anula o pouco associativismo subsistente em que os grupos minoritários estão realmente representados. Do lado de cá da História, e sem que a esqueçamos em nenhum momento, a necessidade de auto-organização subsiste quando se pretende criar movimento, no que aqui chamaremos "activismos de insurgência". O que não invalida necessariamente, passem e pesem todas as diferenças históricas e todos os debates estratégicos, o trabalho do chamado "activismo institucional". Mas é preciso deixar fluir o debate.

B) 5 CONTRAPROPOSTAS DE ACÇÃO COLECTIVA. ESBOÇO DE UMA SÍNTESE A FAZER

1. UMA ESTRATÉGIA NÃO-MISTA VISA GARANTIR PROTEÇÃO, AUTONOMIA E AUTORREGULAÇÃO A GRUPOS QUE PARTILHAM QUOTIDIANOS PRECÁRIOS, SEDIADOS NUMA NARRATIVA HISTÓRICA, SOCIAL E GEOGRÁFICA QUE LHES NÃO PERTENCE.

A organização do controverso festival pertence ao colectivo Mwasi, que se apresenta como grupo opositor às várias formas de poder heteropatriarcal, assentes no sistema capitalista de hegemonia branca. O colectivo é desde logo "não-misto", isto é, limita a presença efectiva ou simbólica de elementos que, mesmo que o não queiram, que o recusem ou repudiem, corporizam uma opressão bem presente nas ruas e instituições desta flagelada Europa. Ser-se "não-misto" é uma posição estratégica para o posicionamento interseccional de que as Mwasi se reclamam, em que as discriminações – todas as formas de injustiça ou de violência – emanam de um mesmo sistema, de um regime profundamente enraizado nos símbolos, nos códigos, nas instituições de feição "universalista". É esse sistema sem rosto, tantas vezes sob a capa da generosidade caritativa ou do ímpeto assistencialista, que se sobrepõe às pessoas concretas amarrando-as numa condição em que a sua diferença não se exprime com a mesma intensidade e força das demais. Se e quando se exprime de todo. Imaginam negros/as, na América dos anos 60, organizados e participativos em assembleias mistas? Imaginam grupos de mulheres, segregadas pela sua negritude, pela sua pronúncia, pelo seu comportamento... a serem agentes activas num registo simbolicamente branco? Imaginam movimentos de libertação permeáveis a pessoas de pertença direta ao lado colonizador? Ou, especificando, habitantes dos muito carenciados bairros dos arredores de Paris a reunirem militantemente no coração da Sorbonne, ou no Eliseu, sob o olhar libertador e protector das forças da norma ou de quem a elas se assemelha? As Mwasi não imaginam, certamente. E vocês também não.

1 Na condenação ao Festival, esta Liga Internacional contra o racismo e anti-semitismo alude, de forma historicamente equivocada, à memória das lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos, dizendo que "Rosa Parks deve estar a dar voltas no túmulo".

2. NEM SEMPRE AS BOAS VIRTUDES DO "DIÁLOGO HORIZONTAL", EM QUE GRUPOS MINORITÁRIOS SÃO COLOCADOS NO MESMO PLANO QUE DETENTORES/AS DE PRIVILÉGIO, POSSIBILITAM SITUAÇÕES MINIMAMENTE TRANSFORMADORAS.

Mesmo que se não duvide da intenção transformadora dos/as detentores/as do privilégio, as hierarquias cegas e naturalizadas dificultam ou impedem a situação do diálogo horizontal. Sem que se negue a pertinência e a necessidade da criação de espaços de diálogo e de debate misto e pluralista (foi também, aparentemente, o que fez o colectivo Mwasi), há situações e contextos em que a assimetria entre partes anula ou limita a relação que se pretende estabelecer, impossibilitando qualquer "interlocução". Ou colocando esta "interlocução" como perpetuadora (inconsciente?) das desigualdades que pretende combater. Já no livro germinal de Frantz Fanon, a noção de "interlocução" foi questionada com vigor e pertinência, em moldes possivelmente transportáveis para o que aqui discutimos (Fanon, 2015). Para Fanon, a "interlocução" surge como um instrumento de docilização, de anulação das armas do colonizado contra o colonizador, embrulhado numa retórica de horizontalidade. Aqui, hoje, precisemos de outra maneira esta forma clássica da "interlocução". Ela é feita entre duas pessoas, dois redutos ou duas comunidades simétricas, com o mesmo poder de expressão, de movimentação, com os mesmos símbolos e com os mesmos códigos. É sem dúvida possível a posição de interlocução entre um jovem negro universitário e a comunidade branca que o circunda, já que é também esta que o estrutura. Mas perguntemo-nos se é possível essa mesma interlocução entre o jovem negro ou argelino que, num bairro camarário de Lisboa ou nos arredores de Paris, sofre de assédio policial, de vigilância e racismo institucional, para quem o direito de associação é uma miragem sem significado e o próprio Estado de Direito uma abstracção sem sentido. Perguntemo-nos se é possível "interlocução" real, horizontal, entre a jovem que sofreu excisão genital – ou entre a idosa africana, empregada doméstica sem reforma –, e as associações de mulheres do chamado "feminismo liberal", ou instituições convencionais do Estado, ou as mais vulgares ONGs. Por todo o lado permanece o risco da sedução das centralidades. Esta sedução opera flexivelmente, cedendo terreno a alguns avanços desde que o essencial se mantenha intocado; e tudo surge tão livre e tão uniformizado quanto o livre comércio o permita.

3. HOJE, CADA VEZ MAIS, AS LUTAS SOCIAIS, CONVERTIDAS TANTAS VEZES EM RETÓRICA SOCIAL DAS CLASSES DIRIGENTES, ARRISCAM-SE A REPRODUZIR DE FORMA QUASE MIMÉTICA AS REGRAS DO JOGO QUE SUPOSTAMENTE CRITICAM.

No cenário das lutas sociais é necessário que os activismos se assumam como parte integrante da mesma sociedade que criticam, não estando isentos dos efeitos, dos reflexos ou mesmo dos discursos sexistas, monoculturais e opressores. Só este reconhecimento permite que se ultrapasse a diferença histórica e doutrinária entre um *activismo institucional* de largo espectro, repercutindo-se no todo da sociedade e servindo-se das suas regras, e os *activismos de insurgência*, capazes de gerar a expressão própria e incolonizável de cada comunidade de margem. Proporcionar condições para a auto-organização destas comunidades, tão visadas e vitimizadas na Europa da austeridade e do medo da diferença, pode ser a única forma de permitir partilhas, de fazer circular lógicas simétricas de empoderamento e de proporcionar bolsas e circuitos de resistência. Aqui, como há anos atrás, as formas não-mistas constroem resistência desde a base, desde baixo. E hoje, como ontem, são necessárias formas de tradução deste tipo de movimentos para o lado mais abrangente do combate político, proporcionando avanços e garantindo alianças interseccionais, em que todos/as geram a partir de si mesmos/as concretizando, nas suas acções, o gesto inicial de uma transformação mais vasta. Trata-se de possibilitar movimentos que permitam formas outras e actuantes de acção coletiva, onde se reflecte germinalmente uma sociedade a construir; e uma política a reinventar num novo léxico. Retomando Bensaïd, lendo Marx, a busca de uma política de oprimidos/as passa por deixar emergir a invenção dos/as que, *na sua luta quotidiana, inventam a sua própria política* (Bensaïd, 2009).

4. É NECESSÁRIO DIFERENCIAR OS ACTIVISMOS INSTITUCIONAIS DOS MODELOS DE INTERVENÇÃO QUE SURGEM E CELEBRAM OS ALCANCES E CONQUISTAS DO MODERNO OCIDENTE NEO-LIBERAL.

No panorama do capitalismo avançado a diversidade é exercida sob uma espécie de indulgência, proporcionada pelas forças da ordem e do sistema, que demonizam imediatamente tudo o que não tomba na sua alçada. A predação capitalista é tão mais eficaz quanto mais indolor. E movimentos, direitos e expressões minoritárias podem ser tão vendáveis quanto outro "produto" qualquer. Ora, ao contrário

do que aconteceu com o Festival Nyansapo, uma instrumentalizada "sociedade civil" surge como organizadora inquestionada de celebrações igualitárias e propagandísticas, em que a ideologia do mercado, sob o folclore do empreendedorismo e do sucesso empresarial, autopromove à vista de todos/as o seu próprio poder inclusivo. Imune a qualquer acusação de segregacionismo, ou a qualquer crítica de "divisão dos movimentos sociais", iniciativas como a Women Summit, em que uma sociedade reconciliada promete "a prova da importância da mulher"[2], reclamam o progresso e o pluralismo universalista a todas as injustiçadas da história que possam pagar a onerosa inscrição. E é apenas um exemplo! Curiosamente, uma fronteira marcada pelo preço de uma inscrição não merece o rótulo de "segregacionista" ou "racista", ao contrário do que acontece face a uma iniciativa como a do movimento Mwasi. É por isso cada vez mais necessário distinguir planos de responsabilidade nas pautas de actuação de cada movimento activista, não cedendo a uma lógica de pura e simples recusa dogmática, mas antes reconhecendo linhas históricas diferentes, hoje potenciais aliadas nessa diferença. Para que não se caia no universalismo abstracto, para que não se ceda terreno ao catálogo mercantil das inclusões, com o "mercado rosa" ou as "diversidades benetton", é necessário uma sólida politização que articule a necessidade da auto-organização e do trabalho específico com o acto de exercer pressão e influência no todo do tecido social. Há questões e afirmações directamente relacionadas com as populações negras, com as mulheres não-brancas, com comunidades migrantes cujo direito à palavra própria e à organização diferenciada não colide necessariamente com a sua visibilização e relação com todos/as.

5. O COMPROMISSO ANTICAPITALISTA DEVE VISAR AVANÇOS CONCRETOS, DE LARGO ESPECTRO, SEM ABANDONAR A INSURGÊNCIA ONDE A VERDADEIRA TRANSFORMAÇÃO SE CONSTRÓI.

Há vários níveis de intervenção e transformação, tal como há várias intensidades de crítica. E todos os níveis, todas as intensidades, são articuláveis no palco dos activismos, seja na geração contra-hegemónica de discursos específicos, seja na mobilização de todas e todos para uma responsabilidade colectiva que produza efeitos na alteração das leis, dos comportamentos e das normas. E é aqui que uma síntese se torna necessária. Para já, a partir de dois pontos:

Por justos que sejam, há que reconhecer insuficiências dos discursos pós-coloniais na construção de uma política de largo espectro, capaz de promover alterações imediatas e efectivas nos agentes sociais e nas leis dos Estados. Tantas vezes amuralhado no seu próprio discurso, o posicionamento pós-colonial falha muitas vezes a acção pedagógica sobre os agentes sociais, secundarizando-os enquanto agentes de transformação. Numa sociedade colectivamente desatenta ao modo como produz exclusão e aos processos das suas opressões, estas insuficiências isolam as críticas e diminuem os seus possíveis efeitos.

É necessário um outro activismo, de largo espectro, capaz de exercer força e pressão sobre as leis dos Estados e apto a proporcionar direitos efectivos a uma camada abrangente de população. O panorama das lutas sociais não é viável sem que os activistas laborem na resposta concreta e imediata aos problemas das pessoas, exercendo ao mesmo tempo uma acção pedagógica e sensibilizadora no todo da sociedade onde operam. É por isso necessária a relação, tão crítica quanto possível e na insurgência da sua matriz, com os activismos institucionais, abdicando de um acantonamento estratégico que nunca foi benigno.

Há uma complementaridade possível e mutuamente benéfica entre activismos de insurgência e activismos institucionais. Para tal, impõe-se uma síntese, apenas possível ao não se ocultar ou sonegar os elementos em debate. De forma distinta, cada um dos pólos em contenda desempenha papéis fundamentais numa transformação social que não é possível sem eles. Com cada uma destas tradições, com cada um destes pólos, parece necessário garantir dois horizontes indispensáveis, tanto no reduto dos movimentos sociais como, mais genericamente, na relação de forças do actual combate político: *Manter um plano de insurgência que não se deixe docilizar no canto de sereia das falsas inclusões; Triunfar num espaço público em que os pequenos avanços e os modestos progressos galvanizam a expressão colectiva e fazem os grupos crescer em expressão e número.*

REFERÊNCIA:

Bensaïd, D. (2009). *Marx. Mode d'emploi*. Paris: Éditions de la Découverte.

Fanon, F. (2015). *Os condenados da terra*. Lisboa: Letra Livre.

* Professor, ativista e dirigente do Bloco de Esquerda.

Nota: O autor não escreve segundo as regras do Acordo Ortográfico.

2 É o que literalmente se promete na página do evento: https://www.womensummit.pt/ (consultado a 1/7/2017)

Há um "modelo português" para Pedro Sanchez?

JORGE COSTA*

Na sua visita a Lisboa, no final de 2016, Sanchez garantiu querer "inspirar-se no modelo português" de acordos entre partidos. De imediato ressalvou que rejeitaria acordos com os que "questionassem a unidade de Espanha". Agora, o regresso de Pedro Sanchez à liderança do PSOE recoloca no centro do debate político no Estado espanhol as referências à atual experiência de maioria parlamentar em Portugal. É por isso um bom momento para um breve balanço dos acordos entre o governo do PS e as esquerdas, bem como de quase dois anos com orçamentos do Estado aprovados com os votos do Bloco de Esquerda e do PCP, além de alguns elementos do debate sobre o trabalho do Bloco.

NO INÍCIO, UM DESAFIO PÚBLICO E UMA DERROTA ELEITORAL DO PS

As negociações entre o PS e os partidos à sua esquerda iniciaram-se após as eleições de outubro de 2015, mas o desafio público já tinha sido lançado bem antes, por Catarina Martins, no debate televisivo com António Costa, secretário-geral do PS (e atual primeiro-ministro). O PS apresentava o programa eleitoral mais liberal da sua história e Catarina colocou em direto as condições prévias a uma negociação pós-eleitoral: o PS devia retirar do programa o congelamento das pensões, a facilitação dos despedimentos e o desconto aos patrões na contribuição para a segurança social. Concentrando-se em questões sociais que desafiavam a lógica do programa do PS e eram

imediatamente compreendidas por um parte importante da população, Catarina deslocou o debate e tomou a ofensiva, obrigando o PS a pronunciar-se sobre as suas propostas. Além disso, as três condições que colocava - retirada do congelamento das pensões, da facilitação dos despedimentos e da redução da contribuição patronal para a segurança social - eliminavam medidas neoliberais propostas pelos economistas do PS.

É bem sabido o que se seguiu. A eleição de 36 deputados à esquerda (19 do Bloco mais 15 do PCP e 2 de Os Verdes, ambos na CDU, a aliança eleitoral do PCP) serviu não só para tirar a maioria absoluta à direita como, evitando que o PS fosse o partido mais votado, impediu a sua aliança aos partidos da direita. Segundo partido em número de deputados, o PS estava condenado, em caso de aproximação a Passos Coelho, à função de quinta roda do carro da direita. Tal opção deixaria António Costa fora de cena e tinha enormes riscos de pazokização de uma alternância já apodrecida. Numa manobra de sobrevivência, mais do que virar à esquerda, o PS procurou salvar-se do destino de vários dos partidos da sua família europeia e iniciou negociações com os partidos de esquerda.

Esta opção de António Costa apanhou de surpresa boa parte da direção socialista, que nunca tinha feito (ou sequer ponderado) qualquer acordo parlamentar com as forças à sua esquerda. Esse era até então um tabu absoluto na política portuguesa. Esta desestabilização do esquema de governabilidade estabelecido foi traumática para a direita e desencadeou uma vaga prolongada de hostilidade, não só do então presidente

da República, Cavaco Silva, que tentou recusar a solução que tinha maioria parlamentar, como também de representantes patronais e comentadores escolhidos pelas televisões.

Aceites as pré-condições de Catarina, iniciaram-se negociações paralelas com o Bloco e com o PCP, resultantes em acordos separados (mas que acabaram por se referir a um texto igual) e que definiram, em primeiro lugar, a paragem da rota de empobrecimento: não haverá cortes de salário e pensões, nem aumento da tributação direta do trabalho ou dos bens essenciais. O acordo definiu igualmente que não haveria novas privatizações e que, sendo legalmente acessível, as privatizações mais recentes do governo de direita seriam revertidas (as concessões dos transportes de Lisboa e Porto a privados). Em segundo lugar, no caso do Bloco, foi definido um conjunto de medidas para os quatro anos, definindo objetivos para o aumento do salário mínimo e outras medidas sociais, e também a anulação da sobretaxa no imposto direto sobre o trabalho e sobre pensões.

Assim, desse acordo resultaram medidas que orientaram o primeiro Orçamento do Estado, elaborado pouco depois da tomada de posse do novo governo. No Orçamento seguinte, para 2017, este caminho foi continuado com mais um aumento do salário mínimo e com um aumento de emergência para as pensões mais baixas. Esse aumento do salário mínimo desencadeou um confronto com o governo, que procurou compensar o patronato com uma redução do seu pagamento para a segurança social. No entanto, a esquerda chamou essa medida ao parlamento e rejeitou-a, obrigando o governo a recuar no acordo que já tinha assinado com o patronato.

Dois outros dossiês têm demonstrado as diferenças e conflitos entre o governo e a esquerda. No primeiro, o das leis do trabalho, só foi até hoje possível um entendimento sobre medidas circunstanciais e de alcance limitado, mas o governo rejeitou persistentemente a abolição das medidas introduzidas no período da troika (redução dos subsídios de desemprego, das indemnizações por despedimento, do valor das horas extraordinárias, etc.). No segundo, a gestão das crises bancárias teve sempre a oposição da esquerda, que se opôs à venda de dois bancos intervencionados (Banif e Novo Banco) a duas entidades privadas, o Santander e o Lone Star, um fundo especulativo norte-americano.

PARA O BLOCO, O TRATADO ORÇAMENTAL CONSTITUI UMA DUPLA AMEAÇA: NÃO É APLICÁVEL SEM AUSTERIDADE E A SUBMISSÃO A INSTRUÇÕES E REGRAS DA UNIÃO EUROPEIA CONSTITUI UM CAMINHO DE LIBERALIZAÇÃO E DE DESTRUIÇÃO DA CAPACIDADE DE DECISÃO DEMOCRÁTICA NA DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS DA POPULAÇÃO TRABALHADORA QUE VIVE E TRABALHA EM PORTUGAL.

QUE CONFLITO SOCIAL NUM "PORTUGAL NA MODA"?

Desde a vitória no campeonato europeu de futebol, há um ano, uma sucessão de acontecimentos facilitou a evocação pelos media de um clima de otimismo no país. Em poucos meses, o antigo primeiro-ministro socialista António Guterres foi eleito secretário-geral da ONU, uma canção em língua portuguesa venceu o concurso da Eurovisão, a Comissão Europeia retirou Portugal do procedimento por défice excessivo depois de ter sido confirmado um défice de 2%, Wolfgang Schauble elogiou o ministro Mário Centeno como "o Cristiano Ronaldo das finanças" (credibilizando alguns rumores, mesmo que duvidosos, sobre a nomeação de Centeno para a presidência do Eurogrupo, onde substituiria o odioso Dijsselbloem). Todos estes episódios foram utilizados pelo governo e pela comunicação social como provas de que passou a fase de sacrifícios impostos pela austeridade.

No mesmo período, a recuperação económica tornou-se sensível, com uma descida dos números oficiais do desemprego abaixo dos 10% e com as contribuições para a Segurança Social em máximos desde 2008. Essa recuperação é explicada em larga medida por circunstâncias externas que favorecem as exportações portuguesas: o aumento da procura europeia, a relativa desvalorização do euro, a descida das taxas de juro europeias, a promoção do turismo em Portugal, favorecido pela insegurança noutros destinos (os lucros da hotelaria cresceram mais de 20% nos últimos dois anos). Mas os 150 mil postos de trabalho criados na vigência do atual governo não estão apenas no turismo, como é visível, por exemplo, na reabilitação urbana, como demonstrado por um aumento do consumo de cimento em 20% no primeiro trimestre de 2017

face ao ano anterior.

Estes resultados são interpretados de modo diferente pelo PS e pelo Bloco de Esquerda. Para o PS, provam que a subordinação às regras europeias é compatível com o crescimento económico e com a criação de emprego e que essa "disciplina" (i.e.: o cumprimento das metas de défice impostas pelo Tratado Orçamental e a aceitação dos atuais termos da dívida) cria uma reputação que flexibiliza a Alemanha e "atrai investimentos".

Para o Bloco, os resultados provam a vantagem de o governo ter sido forçado a abandonar o programa eleitoral do PS. A principal explicação para esta modesta retoma económica está nas medidas introduzidas pelos acordos à esquerda, a começar pelo aumento do salário mínimo, pela devolução dos cortes salariais à função pública e pela anulação da sobretaxa no imposto sobre o trabalho, tudo fatores que aumentaram a procura agregada e a confiança social. Essa recuperação de rendimentos do trabalho foi garantida pelos acordos, mesmo sob a pressão e as ameaças vindas das instituições europeias. A lição que o Bloco propõe é outra: o governo acertou quando resistiu às pressões europeias e teria melhores resultados se fosse, como defende o Bloco, mais ousado na devolução de rendimentos ao trabalho.

AFINAL HÁ UMA LEITURA INTELIGENTE DO TRATADO ORÇAMENTAL?

Depois dos anos da troika e do trauma social que provocou - quase meio milhão de pessoas forçadas a emigrar – existe uma sensação de alívio, mesmo em setores ainda pouco beneficiados pela mudança política. Para muita gente, o simples facto de poder ouvir as notícias sem esperar desgostos maiores é compensador.

Por outro lado, esta situação comporta um sério risco político para a esquerda: o resultado da sua força negocial pode ajudar a popularizar a tese "obediente" dos socialistas quanto à questão europeia. Aliás, as sondagens indicam que o PS está a conquistar parte do eleitorado que, rendido à "austeridade inevitável", ainda votou na direita em 2015. Pelo seu lado, o Bloco mantém o seu apoio eleitoral, mas não supera a barreira dos 10%.

As previsões para o crescimento do PIB aproximam-se já dos 3% para 2017. Face ao desempenho da economia, o próprio grupo parlamentar PS "reivindicou" em maio um maior alívio da carga fiscal sobre o trabalho, tal como estabelecido nos acordos à esquerda, e o aumento de salários e prestações sociais. Pelo seu lado, o Bloco além da prioridade à aceleração da reposição dos rendimentos, põe como objetivo a atingir, durante o mandato do governo, patamares exigentes como a reposição do nível de carga fiscal sobre o trabalho anterior ao "choque" da troika ou a regularização de todos os precários do Estado (cerca de 80 mil, um quinto do total). Esse processo de regularização já começou, e tanto a esquerda como o movimento popular pressionam o governo em vários setores sociais para cumprir a sua promessa e terminar com o falso trabalho autónomo em funções permanentes no Estado. Assim, os professores e funcionários das escolas que são precários, ou enfermeiras ou outro pessoal no Serviço Nacional de Saúde, por exemplo, têm vindo a reivindicar a regularização contratual da sua situação.

Para o Bloco, o Tratado Orçamental constitui uma dupla ameaça: não é aplicável sem austeridade e a submissão a instruções e regras da União Europeia constitui um caminho de liberalização e de destruição da capacidade de decisão democrática na defesa dos direitos sociais da população trabalhadora que vive e trabalha em Portugal. Ou seja, cada um dos temas em que se disputa a organização social, como a integração dos precários que, à margem da lei, estão atualmente a trabalhar para o Estado e reivindicam a sua contratação, é um choque com o Tratado Orçamental.

RECUPERAR CONDIÇÕES DE LUTA

A questão da precariedade é central para o Bloco. Não só o novo emprego criado neste período é maioritariamente precário, como estrategicamente, a par da distribuição dos rendimentos, a grande questão para a esquerda é a da reconstrução das condições do conflito social. O combate à precariedade no setor privado, a retirada das normas introduzidas pela troika na legislação laboral e a recuperação da contratação coletiva (praticamente destruída em poucos anos) são elementos essenciais para a organização dos trabalhadores, em velhos e novos setores, e para a sobrevivência do movimento sindical.

É também assim que o Bloco procura desenvolver uma base social mobilizada, consciente da possibilidade de recuperar a posição do trabalho na relação de forças social e que confronte o governo com essa expectativa. Sustida por ora a ofensiva patronal sob a troika, trata-se de criar condições para novos avanços, que dependem da capacidade de luta da classe trabalhadora e - como sucede já no caso dos precários do Estado - da sua auto-organização.

Transformar um acordo político defensivo - feito para impedir novas medidas de austeridade e iniciar a devolução do que foi roubado pela política da troika -, num processo de acumulação de forças - com ganho de influência da esquerda e melhores condições

políticas e sociais para a auto-organização e luta dos trabalhadores -, tal foi o desafio assumido pelo Bloco em 2015, quando obteve 10% dos votos frente a um PS enfraquecido mas ainda hegemónico na contraposição à coligação PSD/CDS. No contexto europeu, um acordo entre partidos de esquerda e um governo de centro é um processo difícil e de disputa permanente. É portanto cedo para um balanço final sobre este processo, que é certamente difícil e contraditório.

E PORQUE NÃO MINISTROS?

Nos últimos meses, o Bloco e o PS concluíram os trabalhos de seis grupos constituídos em diversas áreas (pobreza, precariedade, dívida, impostos, energia, habitação) e que apresentaram relatórios com propostas concretas, algumas delas entretanto concretizadas nos Orçamentos nacionais. Mas o que teve mais destaque e suscitou maior debate foi o relatório sobre a sustentabilidade da dívida externa.

Esse relatório, cuja elaboração incluiu, além do Bloco e do PS, o próprio governo e diversos economistas independentes, apresentava dois tipos de medidas: decisões de gestão da dívida pública para alterar a curto prazo a balança de rendimentos através da redução do peso dos juros e uma medida estrutural de renegociação e reestruturação da dívida direta do Estado, com alteração de prazos e juro de referência, além da monetarização da dívida detida pelo BCE. O efeito conjugado destas últimas medidas seria uma reestruturação da dívida que a reduziria imediatamente de 132% para 91% do PIB nacional.

Há várias leituras sobre os motivos que levaram o PS a subscrever esta proposta. Cresce a opinião pública favorável a uma reestruturação efetiva, sobretudo considerando que, mesmo nos cenários mais otimistas para a economia, mantém-se o efeito de bola de neve no nível da dívida (o juro médio é superior ao crescimento económico). Ou pode considerar-se que a direção do PS ou os seus deputados responsáveis por este relatório aceitam que a dívida pública é insustentável e que uma reestruturação é portanto incontornável, sendo a única alternativa a mais austeridade.

Ao mesmo tempo que o PS assinava este relatório, o governo distanciou-se e não se comprometeu a apresentar a proposta às autoridades europeias, mostrando embaraço. Em todo o caso, este processo demonstra tanto a capacidade de iniciativa e de articulação do Bloco quanto a dificuldade de se chegar a um acordo substancial sobre as grandes questões em que as decisões de um governo fazem a diferença.

Além de outras considerações estratégicas, compreende-se por que razões este acordo do PS com a esquerda não conduziu à presença de ministros do Bloco (ou do PCP). Na realidade, nem o PS o pretendia (porque isso dificultaria a sua relação com as autoridades europeias) nem a esquerda o aceitava (por não haver acordo suficiente para um governo de coligação). Os conflitos sobre a estratégia para o setor bancário demonstraram bem que a decisão foi correta – se houvesse ministros da esquerda, eles teriam entrado em contradição com a decisão de venda dos bancos e tal coligação não resistiria. Permanecem outras diferenças de fundo que justificam a não participação num governo. Mas, como o primeiro-ministro sempre reconhece, para as medidas contra desafiar o fatalismo da austeridade, "nenhum dos partidos teve de mudar de opinião quanto à natureza da União Europeia, do euro ou da NATO".

Mas há pelo menos duas importantes diferenças imediatas entre a situação política em Espanha e em Portugal. Em primeiro lugar, em Portugal, a questão da "unidade do Estado" (como diria Pedro Sanchez) não existe, não havendo nacionalidades distintas nem qualquer questão histórica de autodeterminação não resolvida. Esse pequeno problema democrático que é o direito à autodeterminação parece, só por si, um problema de monta para uma política hegemonizada pelo PSOE. Em segundo lugar, as relações de força são distintas nos dois países, na medida em que o Podemos esteve próximo de alcançar o PSOE nas últimas eleições e tem estado consistentemente à sua frente nas sondagens desde então, o que tem implicação numa disputa imediata de hegemonia eleitoral.

Visto da esquerda portuguesa, a boa notícia que Madrid poderia dar à Europa seria o derrube de Mariano Rajoy e a superação do centro pelas forças da mudança, com uma maioria para políticas mobilizadoras de esquerda. Em vez de inspiração num inexistente "modelo português" – um caso certamente específico, em que a esquerda explora as possibilidades abertas pelo enfraquecimento eleitoral da hegemonia do PS, que persiste - precisamos, de ambos os lados da fronteira, de luta social e de ofensiva política. São elas que podem colocar as forças da mudança ao comando de uma rutura com a austeridade e viabilizar um plano B para a Europa.

* Jornalista. Deputado e dirigente do Bloco de Esquerda. Realizou o documentário Donos de Portugal.

Greve na PT 21 de julho

As organizações dos trabalhadores da Portugal Telecom convocaram uma greve para dia 21 de julho. A empresa Altice, dona da PT, quer usar o mecanismo de "transmissão de estabelecimento ou empresa" para despedir centenas de trabalhadores.

O ativismo político das trabalhadoras russas em 1917: Que tipo de patriarcado enfrentaram as mulheres?

ANNE BOBROFF-HAJAL*

ESTE ARTIGO BASEIA-SE NA INVESTIGAÇÃO DE ANNE BOBROFF-HAJAL NOS ARQUIVOS SOVIÉTICOS E NORTE-AMERICANOS PARA O LIVRO *WORKING WOMEN IN RUSSIA UNDER THE HUNGER TSARS: POLITICAL ACTIVISM AND DAILY LIFE* (1994). A INVESTIGAÇÃO CENTROU-SE NAS FÁBRICAS DA REGIÃO INDUSTRIAL CENTRAL DE MOSCOVO, ESCOLHIDA PELO FACTO DE TANTAS MULHERES - CASADAS INCLUÍDAS - ESTAREM EMPREGADAS NAS SUAS ENORMES FÁBRICAS TÊXTEIS E OUTRAS. O LEITOR QUE DESEJE OBTER MAIS DETALHES SOBRE O ATIVISMO DE MULHERES E HOMENS EM 1917, AS SUAS VIDAS E RITUAIS DE SOCIALIZAÇÃO, ENCONTRARÁ UMA DESCRIÇÃO MAIS COMPLETA NO LIVRO (E NA DISSERTAÇÃO DE DOUTORAMENTO EM QUE ESTE SE BASEIA).

Um dos lugares comuns da Revolução Russa de fevereiro de 1917 é que esta começou com ações de rua de mulheres trabalhadoras que exigiam comida para as suas famílias famintas. O que é menos conhecido é que este ativismo foi generalizado e ininterrupto ao longo de 1917 nas fábricas e nas cidades da Região Industrial Central (RIC) à volta de Moscovo e que assumiu formas particulares. A RIC ficou em polvorosa todo o ano, com trabalhadoras a atacar os carros dos açambarcadores, procurando os armazéns dos especuladores e exigindo de forma tenaz às autoridades locais comida para alimentar os seus – como era descrito num poema num jornal – "Bebés famintos, crianças que mal sobrevivem / Bracinhos, perninhas como folhas de erva" (*Gazeta-Kopeika*, 1 de setembro de 1917).

As mulheres também participaram nas manifestações e empunharam bandeiras vermelhas nas de Moscovo, exigindo maiores subsídios para as famílias dos soldados. Um número muito menor de mulheres trabalhadoras lutaram nas ruas da Moscovo pró-bolchevique durante a Revolução de Novembro, muitas vezes a bater terreno, a prestar os primeiros-socorros e a abastecer os homens que lutavam nas barricadas, outras vezes manejando as armas dos companheiros caídos. Só um pequeno número de mulheres da classe trabalhadora permaneceu politicamente ativa nos anos posteriores a 1917.

Em resumo, as mulheres trabalhadoras russas de 1917 eram militantes, corajosas e estrategas, dentro

das limitações do seu tempo e lugar. Todavia, como disse uma mulher nos anos vinte, "a nossa posição em muitos aspetos continua a ser difícil e indesejável. A cozinha, as crianças, a roupa para lavar, o trabalho na fábrica – este é o nosso mundo, do qual poucas saíram rumo à liberdade". Que barreiras tiveram de enfrentar as mulheres trabalhadoras – ou que recursos lhes faltaram – para darem o salto rumo à liberdade?

FUNDAMENTOS MATERIAIS DO ATIVISMO: O DIA A DIA DAS MULHERES ANTES DE 1917

Marx observou que quando os camponeses, oriundos de aldeias rurais dispersas, se convertem em operários e se concentram nas fábricas são mais capazes de construir uma organização efetiva e contínua em defesa dos seus próprios interesses. As crenças políticas por si só não são suficientes para uma ação forte; a proximidade e outras condições materiais básicas também devem estar presentes. Em concreto, viver e trabalhar juntos e em grandes contingentes facilita o contacto e, portanto, abre mais possibilidades às organizações em desenvolvimento. O capitalismo, concluiu Marx, pré-organiza os trabalhadores para o socialismo.

Em todo o mundo, as fábricas têxteis de algodão foram o motor da enorme acumulação de capital necessária para a industrialização. Como era comum em muitos países que passavam pela fase inicial de industrialização, a maioria das mulheres russas que trabalhavam nas fábricas da Região Industrial Central (RIC) à volta de Moscovo eram trabalhadoras têxteis. Outras mulheres russas trabalhavam no tabaco, no chá e processamento de alimentos, na borracha e produtos químicos.

Muitos dos operários ativistas russos de 1917 não estavam muito longe das suas aldeias rurais. Tal como nos Estados Unidos (a partir da década de 1820), não havia na Rússia (no final do século XIX) um grupo de trabalhadores preexistente para trabalhar nas novas fábricas têxteis. Em vez disso, as camponesas russas dos campos circundantes eram, como o haviam sido as filhas dos agricultores norte-americanos, atraídas para as fábricas e, frequentemente, alojadas em dormitórios concebidos especificamente para elas.

Na Rússia, os dormitórios foram construídos pelos proprietários das fábricas. Albergavam famílias inteiras que trabalhavam nas fábricas das proximidades, com duas ou três famílias apinhadas em cada quarto. Os dormitórios incluíam cozinhas comunitárias e lavandarias em grandes espaços que, mais tarde, durante as revoluções de 1905 e 1917, mostraram ser os locais ideais para acolher reuniões políticas de massas. No entanto, embora as mulheres vivessem e trabalhassem de forma comunitária, como veremos mais adiante, o desenvolvimento da sua organização seria curto-circuitado.

John Foster Fraser, Russia of Today, 1916.

Imagem rara do final de um dia de trabalho numa fábrica têxtil da RIC. Crianças (entre as mulheres, primeiro plano) vieram ter com as suas mães. Os homens saem num grupo separado.

As condições de vida e de trabalho dos trabalhadores russos, no início do século XX, eram extremamente difíceis, com salários baixos, um horário de trabalho incrivelmente longo, más e perigosas condições de trabalho e ausência de proteção social. Porque as mulheres trabalhavam muitas horas na fábrica durante a sua vida de casadas – frequentemente até ao nascimento de cada bebé -, a maioria dos bebés e crianças eram cuidados por raparigas muito jovens chamadas *n'ianki*.

Recém-construído dormitório da fábrica de seda Tsindel em Moscovo. Mesmo neste modelo de dormitório, cada janela representa um quarto onde viviam duas ou três famílias.

Dado que os filhos e as filhas dos próprios trabalhadores normalmente começavam a trabalhar na fábrica entre os 11 e os 17 anos, as únicas raparigas

disponíveis para cuidar dos bebés eram crianças com 6 ou 7 anos. Consequentemente, aconteciam tragédias – como quando uma criança se afogou num balde com água ou caiu numa latrina.

Lenine fala na cozinha/sala de jantar da moscovita fábrica Trekhgorka. Homens e mulheres compõem o auditório.

ORGANIZAÇÃO DA VIDA QUOTIDIANA DAS TRABALHADORAS E DOS TRABALHADORES ANTES DE 1917

Nas famílias trabalhadoras, as mulheres eram responsáveis por cuidar das crianças. As mulheres chegavam a casa depois do trabalho e começavam o seu segundo trabalho: o doméstico e o das crianças. Cada mulher vivia uma vida em que as suas necessidades se confundiam com as necessidades da sua família nuclear. Como as trabalhadoras não eram propriamente alfabetizadas – e antes da rádio, televisão ou internet -, a sua socialização era quase inteiramente feita por meio de um conjunto de rituais festivos, da leitura da sina, da leitura de poemas em grupo, de danças de fazer a corte, de rituais matrimoniais, de provérbios, de canções de embalar e de canções de mulheres casadas. Todas estas atividades enfatizavam que o compromisso de cada mulher casada deve ser o seu marido e os seus filhos, enfraquecendo os laços com as mulheres ao lado das quais trabalharam em casa e na fábrica.

Um exemplo de como isto se traduzia na vida quotidiana é a forma como as mulheres usavam a cozinha comunitária à noite. "Aqui, junto ao fogão, os habitantes do dormitório costumam reunir-se e ocupar-se das suas próprias tarefas: as mulheres cuidam das crianças, lavam a roupa, cozinham, vigiam mutuamente os piolhos, coscuvilham, etc." (V. Ermilov, *Byt Rabochei Kazarmy*, 1930, p. 5). Enquanto tagarelavam e catavam piolhos umas às outras (e aos seus filhos), cada mulher cozinhava para a sua família. No entanto, a Rússia tinha uma forte tradição de pensões-cooperativas, razão pela qual os homens solteiros que trabalhavam juntos compravam e preparavam os alimentos e comiam juntos. As mulheres faziam cada uma destas tarefas para a sua própria família, separadamente, dentro do espaço comunitário, pelo que levavam a comida cozinhada para o seu quarto, apesar de este trabalho provavelmente poder ser feito de maneira mais eficiente e menos trabalhosa, como nas pensões-cooperativas. As mulheres também lavavam a roupa umas ao lado das outras, nas lavandarias públicas ou noutras instalações, mas, de novo, cada uma fazia-o para a sua família. A socialização das mulheres – e/ou as subjacentes necessidades reais das crianças – inibia as mães de partilhar as tarefas domésticas, mesmo quando viviam em comunidade.

Lapitskaia, Trekhgorka, Moscovo, 1935, e Moskva vchera i segodnia, Moscovo, 1978.

Os quartos do dormitório eram partilhados por duas ou três famílias, com a cama dos pais separada por cortinas. Os bebés eram colocados em berços sobre a cama dos pais. As crianças mais velhas dormiam no chão.

Em contraste, uma característica marcante da cultura da classe trabalhadora masculina russa foi a sua grande ênfase naquilo a que os antropólogos chamam vinculação masculina. Os líderes dos trabalhadores russos chamavam a este fenómeno *tsekhovshchina* (fraternidade de fábrica). As minhas investigações nos arquivos e jornais mostram que, das atividades de lazer diárias ao posto de trabalho e aos rituais pós-laborais, desportos e canções, os homens foram socializados para se unirem estreitamente com os trabalhadores (masculinos) da sua própria fábrica ou setor da fábrica (por exemplo, a tecelagem, a impressão, a tinturaria de uma fábrica têxtil). As descrições dos comportamentos públicos de vinculação dos trabalhadores masculinos eram constantes nos jornais da classe trabalhadora russa do princípio do século XIX. Lotarias intermináveis, jogos de cartas e outros, álcool, rixas, futebol, grupos corais e proezas públicas cimentavam os vínculos primordiais de um homem com os outros homens da sua própria fábrica ou secção face aos homens de outras fábricas ou secções.

A explicação mais extrema deste contraste de género eram os bailes *guliania* (onde, frequentemente,

havia corte) e os rituais de casamento, nos quais as mulheres e os homens nubentes promulgavam metaforicamente a proibição de as mulheres se entreajudarem quando uma delas fosse batida pelo seu marido. Isto dava lugar a situações (descritas nos jornais da classe trabalhadora e noutros lugares) que, muitas vezes, ocorriam em público quando os trabalhadores recebiam o pagamento da fábrica: as trabalhadoras chamavam os seus maridos para irem com as suas famílias para casa em vez de saírem com os amigos e, não raras vezes, beberem todo o seu salário. O marido, cercado por uma multidão, que incluía o seu grupo de fraternidade masculina, rejeitava as súplicas da esposa. Se a situação se agudizasse, podia chegar a bater-lhe sem que as mulheres da multidão a defendessem. Tal como um jornal operário descrevia: «A infeliz mulher virou-se para ir para casa. Muitos (de entre a multidão) expressaram compaixão por ela, mas ninguém se aproximou dela e ninguém lhe perguntou nada» (*Kineshemets*, 1 de março, 1913). Como uma outra trabalhadora disse, muito mais tarde, a um etnógrafo, se uma esposa se queixasse de ser espancada, eles diziam-lhe: «Tu ouviste, quando te casaste, aquilo que foi lido na igreja: "uma esposa teme o seu marido. Isso significa que tens de aguentar!"» (*Gosudarstvennyi Literaturnyi Musei,* p. 263). Outra mulher contou a um etnógrafo vários anos mais tarde: «O meu marido intimidava-me. Os homens eram torturadores, podiam inclusivamente espancar-te. O que ias fazer? Geralmente, calavas-te – tínhamos vergonha de falar disto. [Os homens] faziam de tudo. Espancavam-te sem piedade e eram assim as coisas. E onde te ias queijar?» (*GLM*, p. 263).

Toda a força vital de cada mulher, toda a energia emocional das suas muitas e tristes desilusões e humilhações tinha como centro positivo o cuidado dos seus filhos, cujo pai era, muitas vezes, a origem de tantos dos seus problemas. Em resumo, a socialização diária e as condições de vida preparam as mulheres para serem estrategas e absolutamente implacáveis nas suas buscas por comida, cada uma para a sua família.

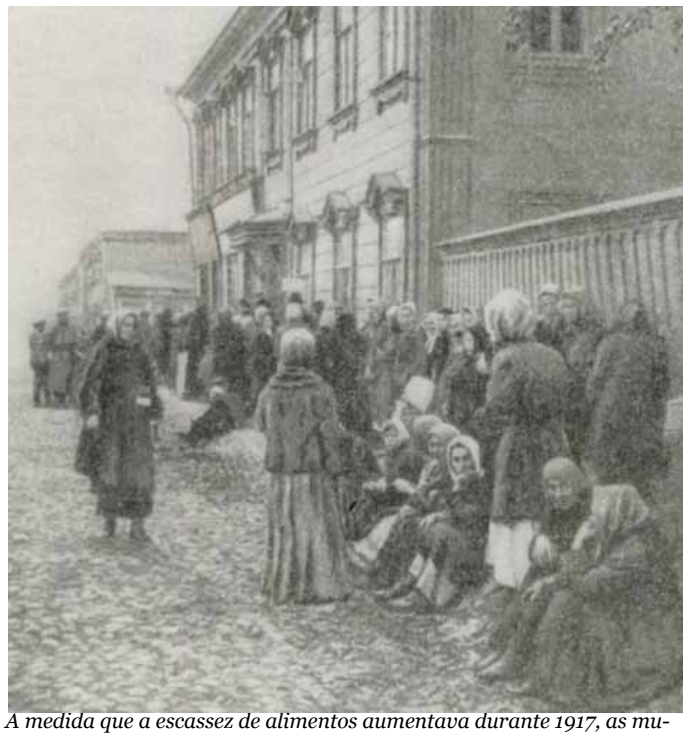
Pequeno grupo de homens que cantam enquanto vagueiam pelas ruas depois do trabalho. Coleção especial da Biblioteca Pública de Nova Iorque.

O ATIVISMO ALIMENTAR DAS MULHERES RUSSAS EM 1917

As condições pioraram ainda mais durante e Primeira Guerra Mundial. As famílias dos homens recrutados pelo exército czarista recebiam subsídios insuficientes. Os alimentos tornaram-se escassos, em parte porque o sistema ferroviário russo não era adequado para ambos os transportes, militar e civil; além disso, as políticas do governo czarista durante a Guerra deram lugar à especulação e ao açambarcamento em grande escala por parte dos comerciantes. Depois da Revolução, em fevereiro de 1917, o Governo Provisório tratou de remediar a situação através da criação de comités locais – de cidade e província - de aprovisionamento; tiveram pouco êxito.

A comida disponível era frequentemente de má qualidade, potencialmente fatal para as crianças. «O leite de Moscovo é... uma complexa combinação química que tem muito pouco leite e muita sujidade» (*Gazeta-Kopeika*, 20 de agosto de 1917). Um jornal provincial dizia: «As doenças agudas do estômago ocorrem unicamente por causa da má qualidade dos alimentos. O estômago de uma criança não pode tolerar leite azedo ou misturas de água e pão preto e meio branco, por isso as crianças estão a morrer como tordos. No novo cemitério [de Kostroma], os pequenos montículos de jovens vítimas brotam da terra fresca» (*Povolzhskii vestnik*, 4 de julho de 1917).

Começaram a aparecer grandes filas (chamadas *khvosty*) à porta das lojas de comida. A procura de alimentos por parte da cada mulher tornou-se muito organizada. Quando começavam a formar-se filas, as mulheres enviavam os seus filhos para lá, enquanto elas estavam a trabalhar na fábrica. Quando as *khvosty* começavam a formar-se antes do amanhecer, as mulheres assumiam a tarefa, ficando nas filas sob um frio glaciar durante a madrugada. Quando as lojas começavam a ficar sem alimentos e as pessoas que estavam na fila tinham de ir fazê-la para outro lado e, depois, para outro lado ainda, «entre pessoas simples, mesmo antes de as mulheres saltarem da cama para fora já estão a discutir e a planear as lojas de pão que irão "atacar"» (*Gazeta-Kopeika*, 14 de janeiro de 1917).



A medida que a escassez de alimentos aumentava durante 1917, as mulheres tinham de ir para as filas antes de as lojas abrirem.

Oktiabr' v Zamoskvoreche, Moscovo.

As mulheres permaneciam de pé ou sentavam-se juntas durante horas. Um repórter descreveu uma *khvost* que começava a formar-se à 1 da madrugada de uma noite fria de Moscovo:

«Nas ruas, as figuras das mulheres começam a emergir impercetivelmente, enroladas em panos reúnem-se em grupos pequenos em determinados sítios. Perto de alguns grupos há fogueiras acesas. Até agora as noites têm sido diabolicamente frias... Algumas, encostadas à parede, dormitam, tratando de voltar ao seu sonho interrompido; outras, acordando com o frio, trocam algumas palavras geladas, ficam em silêncio por um tempo, voltam a soltar uma frase e, entre o crepitar dos ramos secos a arder, ouve-se o som das suas conversas... As minhas vizinhas conversavam calmamente sobre assuntos domésticos (*Vlast 'naroda*, 16 de maio de 1917).

Mas a conversa pacífica terminava quando as mulheres não conseguiam comida e, no entanto, viam outras a ocultá-la ou a carregá-la às escondidas. As mulheres eram tremendamente intrépidas nos seus ataques a quem quer que fosse que retivesse os alimentos de que os seus filhos necessitavam: donos de lojas (e as mulheres de classe alta a quem, muitas vezes, estes guardavam comida), especuladores, oficiais e soldados famintos que tentavam passar-lhes à frente. Um jornal referiu-se a estas mulheres como "as amazonas de Moscovo". Os jornais da classe trabalhadora de 1917 descreveram as ações de numerosas mulheres trabalhadoras contra comerciantes e comités de aprovisionamento de cidades ou distritos.

Em meados de julho, por exemplo, nos arredores das fábricas têxtil de Yaroslavl, a farinha e o pão que se vendiam estavam tão cheios de farelo que causavam dores de barriga severas às crianças. Uma multidão de mulheres enfurecidas reuniu-se na loja de alimentos da cidade e «começaram a bater com os pés... e ameaçaram de esquartejar todos os diretores da loja; arrombaram a porta e começaram a arrastar pelos braços todos os membros da comissão de aprovisionamento». No dia seguinte, a situação não tinha melhorado, de modo que as mulheres se dirigiram ao comité de abastecimento do distrito. «As mulheres fizeram um escândalo e exigiram que o presidente do comité de aprovisionamento saísse e falasse com elas. Comportaram-se de forma ameaçadora com os empregados do escritório. Foi para lá enviada uma unidade de polícia. O trabalho do comité terminou [por aquele dia]». Quando a farinha má voltou a ser vendida na semana seguinte, as mulheres foram vistas «ora no comité de abastecimento, ora nas lojas, indignadas com a situação alimentar e apelando à violência contra os que estavam reunidos no comité» (*Golos*, 15, 18 e 19 de julho e 4 de agosto de 1917).

Na fábrica isolada de Norkoe, que não tinha um comité de aprovisionamento próprio, as mulheres famintas faziam repetidas vezes viagens de barco noturnas, rio abaixo, para Yaroslavl. Numa destas viagens, «oitenta e oito dos que morriam de fome», tanto mulheres como homens, partiram pela manhã. No barco a vapor, o grupo encontrou casualmente um membro do comité de aprovisionamento de Yaroslavl, F. M. Plitin, e, abeirando-se dele, começou a exigir a entrega imediata de pão. Plitin, aturdido com o assalto das mulheres, tentou explicar que não havia farinha suficiente. Mas as mulheres insistiram no pedido de pão. À chegada do barco a vapor a Yaroslavl, as oitenta e oito pessoas foram com Plitin ao comité de abastecimento. Ali fizeram uma declaração sobre a sua fome. Muitas mulheres gritaram: «Não temos sequer uma côdea de pão em casa, os nossos filhos morrem de fome». Deu-se aos presentes pão cozido, que repartiram entre eles. A imagem resultante era assustadora! (*Golos*, 17 de setembro de 1917).

A farinha estava num moinho próximo e foi levada de barco para Norskoe. No entanto, uma semana depois, quando Norskoe ficou novamente sem comida, os trabalhadores regressaram de barco a Yaroslavl e com dificuldade conseguiu-se impedir que Plitin e outro oficial fossem lançados borda fora.

As mulheres começaram a exigir registos nos armazéns e nas casas de comércio e a outros cidadãos ricos e suspeitos de açambarcamento. Em Pozhekhon'e, por

exemplo, o "proletariado de saias" estava convencido de que um ajudante que trabalhava na loja da cidade armazenava secretamente mercadorias para si e fez uma inspeção à casa [do ajudante] sem a permissão das autoridades; em Moscovo, uma multidão de mulheres exigiu a inspeção a um apartamento privado, onde se descobriram e confiscaram bens (*Golos*, 17 de agosto de 1917, *Vlast 'naroda*, Sept. 7, 1917).

OS SOLDADOS UNEM-SE ÀS LUTAS POR COMIDA EM YAROSLAVL E KOSTROMA

Os soldados das guarnições locais, cujo fornecimento de alimentos estava debilitado, apareceram nas filas de pão do verão de 1917 em busca de comida. Rapidamente se uniram às mulheres em protestos por comida *ad hoc*. Quando as mulheres começaram a exigir inspeções generalizadas, os soldados apoiavam-nas com armas, mesmo que muitas vezes fossem expulsos por unidades militares de elite. (*Golos*, 10 de setembro de 1917). No entanto, no final do verão e do outono, pelo menos em Yaroslavl e Katrima, os soldados passaram da sua aliança com as mulheres a uma aliança muito mais poderosa, desta vez com organizações de trabalhadores. O objetivo do comité conjunto soldado/fábrica era levar a cabo registos sistemáticos, edifício a edifício por toda a cidade, confiscando todas as reservas importantes de alimentos.

AS MULHERES ERAM TREMENDAMENTE INTRÉPIDAS NOS SEUS ATAQUES A QUEM QUER QUE FOSSE QUE RETIVESSE OS ALIMENTOS DE QUE OS SEUS FILHOS NECESSITAVAM: DONOS DE LOJAS (E AS MULHERES DE CLASSE ALTA A QUEM, MUITAS VEZES, ESTES GUARDAVAM COMIDA), ESPECULADORES, OFICIAIS E SOLDADOS FAMINTOS QUE TENTAVAM PASSAR-LHES À FRENTE.

Em Yaroslavl, em maio, o comité de fábrica da gigantesca fábrica têxtil de Laroslaskaia Bol'shaia prendeu o seu diretor por este ter aumentado astronomicamente os preços dos alimentos na loja da sua fábrica. Em julho, depois dos tumultos populares por causa das altas percentagens de farelo na farinha que se vendia na cidade, os representantes do comité de fábrica reuniram-se com delegados de todas as outras fábricas da cidade para discutir as medidas a tomar. Nenhuma trabalhadora parece ter estado envolvida nesta organização do comité de fábrica, apesar de 6500 mulheres trabalharem lá juntamente com 5000 homens. Em resumo, o comité da fábrica estava envolvido em várias iniciativas organizadas relacionadas com o problema da escassez de alimentos, inclusivamente enquanto o ativismo alimentar mais *had hoc* das mulheres se desenvolvia nas ruas, para lá dos portões da fábrica.

Os registos na cidade de Yaroslavl começaram em setembro. O trabalho parou na Laroslaskaia Bol'shaia e os trabalhadores juntaram-se na escola da fábrica para se reunirem com representantes dos sovietes e outros grupos. Embora o soviete de Yaroslavl tentasse dissuadir os trabalhadores de fazer registos, no dia seguinte a manifestação de uns 500 trabalhadores obrigou a que os soldados fossem chamados para levarem a cabo três dias de registos em mosteiros, outros estabelecimentos religiosos, lojas de alimentação, empresas comerciais, uma cooperativa de consumidores, escritórios municipais, um orfanato, o quartel dos bombeiros e apartamentos e casas particulares. A cidade estava dividida em secções, cada uma atribuída a um grupo de registo formado por representantes dos trabalhadores, soldados armados e milícias (*Golos*, 26 de julho, 17, 18 de agosto, 10, 22, 24, 26 de setembro, *Laroslavskaia mysl '*, 22, 23 de setembro). Nenhuma mulher participou nestes registos. No entanto, os jornais descreviam-nas no meio das multidões que rondavam pelas ruas e fora das portas dos edifícios registados à espera de saber que comida se tinha encontrado e, às vezes, levando a cabo os seus próprios registos independentes "não autorizados".

Em Kostroma (e talvez também noutras zonas operárias) aconteceu uma coisa parecida. Ao princípio, os soldados armados e famintos apoiavam as ações alimentares das mulheres. Mais tarde, o município viu-se obrigado a autorizar os trabalhadores a «organizar apressadamente comissões de delegados operários, soldados e camponeses para realizar registos. À cabeça de cada comissão havia um representante dos trabalhadores. Cada comité tinha um soldado armado atribuído para sua proteção». Descobriram-se quase 500 toneladas de alimentos, incluindo farinha de trigo e centeio, aveia, arroz, açúcar e chá (*Povolzhskii vestnik*, 20, 22, 23 de agosto, 10 de setembro de 1917).

Assim, os registos nos quais as mulheres tiveram um papel importante continuaram a ser *ad hoc*, incluindo quando eram apoiadas pela força armada dos

soldados. As mulheres não criaram planos sistemáticos, dividindo a cidade em regiões e destacando algumas delas para cobrir cada zona. O mais significativo é que as mulheres não desenvolveram as suas ações nas instituições de trabalhadores e soldados existentes, como faziam as inspeções organizadas.

Por que razão as mulheres não se socorriam dos grupos de fraternidade com base nas fábricas como faziam os seus maridos, pais e filhos? E em novembro, em Moscovo, nas lutas de rua, por que razão as mulheres ajudaram nas barricadas as unidades de homens organizadas com base na fábrica apenas de forma individual e não como grupos de mulheres organizadas por fábrica, do mesmo modo que as suas contrapartes masculinas? Ainda não podemos responder a estas questões de forma definitiva, mas podem procurar-se pistas no registo histórico.

PARA A COMPREENSÃO DO PATRIARCADO DA CLASSE TRABALHADORA RUSSA DO PRINCÍPIO DO SÉCULO XX

Durante os enfrentamentos de rua de Moscovo em 1917 e durante toda a Guerra Civil, os grupos de fraternidade masculinos de fábricas e oficinas foram uma base instantânea para as unidades de combate. A historiadora russa da classe trabalhadora, Diane Koenker, escreveu:

«Ao longo do verão [de 1917], as fábricas tinham organizado unidades armadas ou semiarmadas de homens jovens, geralmente para a defesa das suas próprias fábricas. Depois do motim de Kornilov, estas unidades foram reforçadas com esquadrões de combate, formalmente Guardas Vermelhos, organizados sob a égide dos comités de fábrica, dos sovietes ou dos comités do Partido Bolchevique» (Koenker, *Moscow Workers*, 337).

Um trabalhador escreveu no seu diário que, na véspera do combate de rua de outubro, «uma fábrica competia com outra para ver quem conseguia chegar mais rapidamente ao soviete para conseguir armas». Outro recordou: «Destacamento após destacamento apinhava-se no soviete. O primeiro a chegar foi o destacamento [dos trabalhadores] da Zolotorozhskii. Atrás deles corriam, competindo entre si, a fábrica de Guzhonov, os trabalhadores das fábricas Podobedov, a fundição de Dangauer, a fábrica têxtil Marte, a fábrica de chá Karavan, entre outros».

O mesmo tipo de fraternidade masculina se observou também entre os destacamentos da Guarda Vermelha de cidades operárias e assentamentos distantes de Moscovo, que se apoderaram das instituições de poder nas suas localidades, e às vezes viajavam até Moscovo para apoiar os combates de rua. Os trabalhadores homens continuavam a estabelecer facilmente alianças com os soldados revolucionários do exército ex-czarista, tal como o haviam feito durante os registos de alimentos.

Estes grupos de trabalhadores homens de fábricas e oficinas passaram facilmente, mais tarde, a unidades dispostas a combater em frentes longínquas durante a Guerra Civil. Nas suas memórias, os trabalhadores que lutaram durante os dias de outubro de Moscovo e na Guerra Civil quase sempre se identificam a si mesmos e a outros trabalhadores como membros de uma fábrica em concreto ou de outros grupos locais de solidariedade. Como vimos, as trabalhadoras não tinham estruturas similares de vinculação grupal. De facto, a sua socialização arredou-as especificamente da coesão grupal.

Como foi possível que a "fraternidade de fábrica" dos trabalhadores russos estivesse tão bem preparada para formar a base das unidades de combate durante a Revolução e a Guerra Civil?

PISTAS A PARTIR DAS *DRUZHINA* RUSSAS E DAS ATUAIS UNIDADES DO EXÉRCITO DOS ESTADOS UNIDOS

A brilhante (mesmo que pouco conhecida) investigação de Gerald M. Easter sobre os primeiros grupos provinciais de partidários bolcheviques esboça o modo como se formou a sua solidariedade emocional, que começou, inclusivamente, antes da Revolução, em razão da ameaça constante, da atividade clandestina, da prisão pela polícia secreta e do exílio siberiano. Os compromissos internos destes grupos aprofundaram-se ainda mais, segundo a investigação de Easter, durante os anos de luta desesperada da Guerra Civil, em unidades militares de soldados fortemente unidos, centradas em torno de líderes militares.

Atualmente, estamos cientes dos poderosos laços emocionais que se formam dentro das unidades de combate norte-americanas (todas masculinas, até há pouco tempo) nos distantes campos de batalha. Os soldados norte-americanos costumam dizer que, uma vez no campo de batalha, não lutam pelos "gloriosos" objetivos ideológicos identificados pelo governo de Washington. Pelo contrário, lutam unicamente pela segurança e a vida dos seus companheiros soldados, com quem criam vínculos profundos e poderosos que experienciam ao passar juntos por situações de vida ou morte.

Mesmo que Easter não se referisse apenas aos trabalhadores russos/soviéticos, a sua conceção dá-nos pistas, em parte porque refere uma semelhança

histórica com a organização *druzhina* que subjaz no período da "recolha de terras" à volta de Moscovo para formar o primeiro Estado russo. Da mesma forma que com as *druzhinas* históricas, «a *druzhina* bolchevique teve um papel duplo, militar e político» (*Reconstructing the State,* pp. 34-35).

A BASE MATERIAL DO PATRIARCADO DOS TRABALHADORES RUSSOS

Para compreender as forças da vida quotidiana que moldaram o patriarcado da classe trabalhadora russa (e o campesinato), é necessário compreender as exigências que o czarismo impôs a estes homens, para além das demandas da sua vida laboral na fábrica. Em concreto, a questão do recrutamento militar pesou fortemente sobre as massas rurais e urbanas durante séculos até 1917, e criou, supor-se-ia, a cultura camponesa e da classe operária. A idade de recruta foi reduzida para os 25 anos depois da conquista da Crimeia no final do século XVIII. Depois da derrota da Rússia, em 1855, na Guerra da Crimeia, o serviço militar tornou-se obrigatório para todos os homens com 20 anos: um período de 6 anos a tempo inteiro, a que se somavam 9 na reserva. Na altura da Primeira Guerra Mundial, todos os homens podiam ser recrutados aos 21 anos, com um compromisso de serviço ativo e de reserva que ia até aos 43 anos. Embora as unidades do exército czarista não se baseassem nas fábricas como no período bolchevique, parece plausível que a cultura operária/camponesa se formou durante séculos pela necessidade de os homens aprenderem a criar laços estreitos com grupos de homens próximos, como uma espécie de ensaio para a vida militar.

POR QUE RAZÃO AS MULHERES AJUDARAM NAS BARRICADAS AS UNIDADES DE HOMENS ORGANIZADAS COM BASE NA FÁBRICA APENAS DE FORMA INDIVIDUAL E NÃO ORGANIZADAS POR FÁBRICA, DO MESMO MODO QUE AS ELES? AINDA NÃO PODEMOS RESPONDER A ESTAS QUESTÕES DE FORMA DEFINITIVA, MAS PODEM PROCURAR-SE PISTAS NO REGISTO HISTÓRICO.

Porquê que, do ponto de vista histórico, era tão pesada a carga militar dos trabalhadores e dos camponeses russos? Perry Anderson atribui o início precoce do absolutismo na Rússia à «constante pressão material sobre a Rússia por parte dos pastores tártaros e turcomanos da Ásia central» (*Lineages of the Absolutist State,* 201). Durante séculos, estes brilhantes cavaleiros nómadas viveram em grande parte de ataques escravos; todos os anos, durante a sua "colheita da estepe", percorriam as planícies (ocasionalmente até Moscovo) para sequestrarem centenas ou milhares de homens, mulheres e crianças russos, fazendo-os caminhar com correntes através das estepes para vendê-los nos mercados de escravos na Crimeia e outros lugares. O nome francês e inglês para "escravo" deriva de "eslavo", porque durante muitos séculos os dois foram sinónimos na Europa e no Império Otomano.

Poderosos inimigos em toda a planície aberta a Oeste, diz Anderson – incluindo Suécia e Polónia – mantiveram o Estado centralizado da Rússia durante mais tempo que qualquer outro na Europa; Anderson identifica-o como o único Estado absolutista «no continente que sobreviveu intacto no século XX» (*Lineages of the Absolutist State*, p. 328).

A CULTURA DA CLASSE TRABALHADORA RUSSA É MOLDADA PELO SERVIÇO MILITAR?

Para além das lutas organizadas da vida de todos os dias, a luta aparece em muitas das canções que os trabalhadores cantavam juntos. Historicamente, as canções dos homens «falavam, a sua maior parte, das relações sociais dos homens fora do espaço familiar (*vnesmeineyi*). (...) Eram levadas livremente de região em região da terra russa por vagabundos, cocheiros e pelo serviço da guerra» (Lopatin, Prokunin, *Russkie narodnye liricheskie pesni,* p. 186).

Uma das temáticas destas canções era a das heroicas unidades militares que lutavam gloriosamente até à morte. Muitas outras canções dos homens abordavam a alienação que se vivia no exército – e, por associação, noutras áreas da vida: «Morreu longe da sua terra-natal / Morreu longe da sua família... / Estes olhos nunca foram fechados, / Por mãos ternas e carinhosas... / Os desconhecidos enterram o soldado / Bem fundo na terra gelada / Ali, mais além da porta onde todos os ventos uivam, / Em algum sítio, nesse lugar abandonado por Deus, longe...» *(Tsentral'nyi Gosudarstvennyi Arkhiv Literatury I Iskusstva,* p. 1432). E «Uma rosa ergueu-se com uma framboesa / Logo, logo floresceu / Neste tempo / Uma mãe deu à luz um filho / Ela criou-o, alimentou-o... / Depois de o

ter criado com dificuldade / Ela cedeu-o para ser soldado... / Numa terra estranha / Sem vento, seca-se e rasga-se; / O comandante da companhia / Repreende os soldados sem culpa. / (Mãe:) "Meu querido filho, / Volta." / (Filho:) "Minha querida mãe / Não podemos voltar. Agora a nossa vontade não é nossa. / É a vontade do magnífico czar"» (*TsGALI*, p. 483).

Estas canções mostram-nos o conjunto de sentimentos que os trabalhadores russos experienciavam sob o sistema patriarcal, no qual eles próprios não estavam longe do patamar inferior, sujeitos aos donos das fábricas, aos capatazes, aos funcionários do governo, aos comandantes do exército e ao czar.

PERMANÊNCIA DAS ESTRUTURAS SOCIAIS CZARISTAS DURANTE OS ANOS DA REVOLUÇÃO E DA GUERRA CIVIL

As mulheres trabalhadoras russas foram militantes extraordinariamente ativas nas ruas da RIC ao longo de 1917, na tentativa de conseguirem comida para as suas famílias. Para a maior parte delas, o seu ativismo foi uma extensão do seu forte compromisso diário com o cuidar dos filhos, especialmente com a falta de rendimento suficiente e de atenção por parte dos pais. As mulheres trabalhadoras russas eram "amazonas", como as descrevia o repórter, para os seus filhos, tanto na vida quotidiana como durante 1917. No entanto, à medida que a procura de alimentos, o confisco dos soldados revolucionários e as organizações de fábrica constituídas por homens se desenvolviam, as mulheres foram expulsas ou postas de parte. As exigências militares do Estado czarista contribuíram vivamente para uma divisão do trabalho quotidiano baseada no género, que inibia a capacidade das mulheres para uma intervenção organizada a longo prazo durante as revoluções. O surgimento de três anos de Guerra Civil renovou a necessidade de contingentes de homens prontos para a batalha, conduzindo à reprodução da organização social masculina czarista.

* Doutorada em História Russa. Artista, escritora e ativista ecologista.

Artigo originalmente publicado em LeftEast. Disponível em:

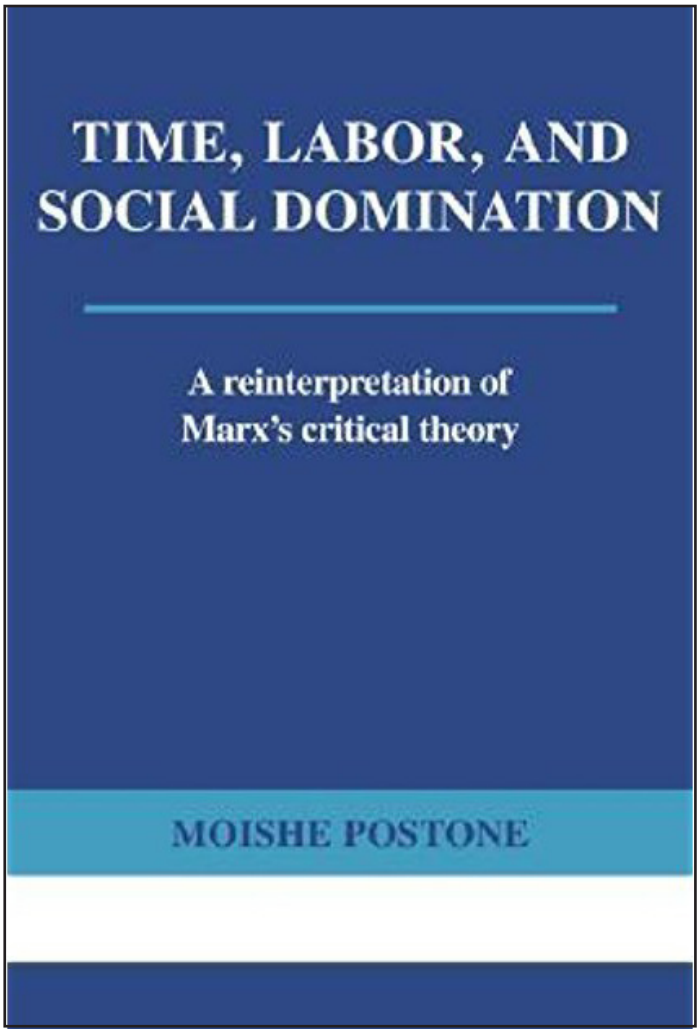
http://www.criticatac.ro/lefteast/russian-working-womens-political-activism-in-1917-what-sort-of-patriarchy-did-women-confront/

Tempo, trabalho, dominação social... e destruição ecológica. Retorno a Moishe Postone

DANIEL TANURO*

NESTE TEXTO, DANIEL TANURO ABORDA A DIMENSÃO ECOLÓGICA DO TRABALHO TEÓRICO DE MOISHE POSTONE, EM PARTICULAR NO SEU LIVRO TEMPO, TRABALHO E DOMINAÇÃO SOCIAL. AQUI MOSTRA AS CONTRIBUIÇÕES QUE PARTICIPAM NA ELABORAÇÃO DE UMA CRÍTICA MARXISTA DA PRODUÇÃO CAPITALISTA (E DE UMA CRÍTICA AO "MARXISMO TRADICIONAL"), MAS, IGUALMENTE, AS QUESTÕES DEIXADAS EM SUSPENSO POR POSTONE. DANIEL TANURO É O AUTOR DE O IMPOSSÍVEL CAPITALISMO VERDE (LA DÉCOUVERTE, 2010) E DE INÚMEROS ARTIGOS DISPONÍVEIS EM

HTTP://WWW.CONTRETEMPS.EU/AUTHOR/DANIEL-TANURO/



Moishe Postone é professor de história na Universidade de Chicago. Especialista em Marx e marxismo, publica em 1993 Tempo, trabalho e dominação social, um grande livro que apenas ficou disponível em francês 16 anos mais tarde1. Categoricamente rejeitada por uns, endeusada por outros, Tempo, trabalho e dominação social é uma obra discutível em vários aspetos, mas, contudo, importante e estimulante. Neste texto, concentrar-me-ei em particular acerca do interesse do livro para os ecossocialistas/ecomarxistas que pretendem fundar teoricamente a sua especificidade. De facto, Postone traz crédito a alguns dos seus argumentos, simultaneamente abrindo novas pistas de reflexão (que são pouco exploradas no seu livro).

As 600 páginas do Tempo, trabalho e dominação social dividem-se em três partes: uma crítica do que Postone chama "o marxismo tradicional", uma crítica da Escola de Frankfurt e, finalmente, um ambicioso ensaio de reconstrução das categorias de Marx (capital, mercadoria, valor, trabalho abstrato, trabalho concreto....). Esta última parte dá subtítulo à obra: Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx.

O trabalho de Postone é riquíssimo, e não tenho a pretensão de discuti-lo em todas as suas dimensões. Contento-me em apresentar a tese essencial do autor e em discutir elementos que me parecem contestáveis, sublinhando o interesse de certas reflexões. Terminarei evocando algumas questões que mereceriam um exame ulterior mais aprofundado. Convido os leitores interessados a consultarem outras recensões deste livro: a de Antoine Artous – que subscrevo em grande parte2 – ou, por oposição, a de Jacques Bidet para quem «o conteúdo científico (do livro de Postone) é insignificante e o seu conteúdo político desastroso»3.

Jean-Marie Harribey propõe também uma apreciação positiva, enquanto formula – notavelmente – observações ecossocialistas15.

MERCADORIA, TRABALHO ABSTRATO, VALOR E CAPITAL

Segundo Postone, a contradição do capitalismo está inteiramente contida na dupla natureza da mercadoria – simultaneamente, valor de uso e valor de troca -, ou seja, na forma do valor. Esta dupla natureza implica que o trabalho produtor de mercadorias existe, também ele, sob uma dupla natureza – simultaneamente trabalho concreto (produtor de valores de uso) e trabalho abstrato (substância do valor). Para Postone, não é por acaso que Marx inicia a sua crítica da economia política com um capítulo sobre a mercadoria e os seus mistérios: tudo o resto deriva daqui.

É sabido que Marx definiu o capitalismo como uma sociedade de produção generalizada de mercadorias. No mercado, as relações de produção entre humanos assumem a aparência de relação entre coisas, enquanto que as coisas parecem dotadas de propriedades sociais. É o fetichismo da mercadoria, exposto desde as primeiras páginas d'O Capital. A mediatização social efetua-se, portanto, sob o ângulo do trabalho abstrato, que se mediatiza a si próprio, diz Postone. O mecanismo da socialização do trabalho está disfarçado: no capitalismo, esta socialização não se faz sob o ângulo das regras cujo caráter social é evidente (como a troca de serviços, fundamento da sociedade feudal), mas através de uma categoria abstrata ("o trabalho") que, ainda que instituída por humanos, escapa ao seu controlo e domina-os.

Segundo Postone, se esta categoria pode desempenhar um papel tão despótico, é precisamente porque se apresenta disfarçada de lei natural: a "lei" segundo a qual o trabalho é um traço biológico da nossa espécie, a mediação incontornável entre a humanidade e a natureza provedora de recursos. "É preciso trabalhar para viver", diz-se familiarmente. Mas a aparência é enganadora: não é tanto a necessidade trans-histórica de "trabalho" em geral, como atividade produtora característica do Homo sapiens, que domina a sociedade atual, mas a forma histórica particular do trabalho em capitalismo. E esta forma é moldada pelo facto de este modo de produção visar criar (sobre)valor em vez de satisfazer as necessidades. Portanto, não se trata de criticar o capitalismo "do ponto de vista do trabalho": o trabalho capitalista é, pelo contrário, o objeto central da crítica, não podendo ser, por isso mesmo, o princípio da alternativa, conclui Postone.

Retomando a análise de Marx das duas operações que consistem em vender para comprar (mercadoria, dinheiro, mercadoria, M-D-M) e a comprar para vender (D-M-D, que apenas tem sentido como D-M-D', em que D' é maior que D), Postone sublinha as diferenças denunciadas desde o início do volume 1 d'O Capital: em M-D-M o dinheiro é apenas um intermediário facilitador da troca (ao diferenciar a compra da venda, facilita a satisfação de uma necessidade concreta, que é o objectivo final da operação); em D-M-D' , pelo contrário, é a mercadoria produtora de valor (a força de trabalho) que não passa de um intermediário – o objectivo da troca não é a satisfação de uma necessidade concreta, mas sim a acumulação de dinheiro que não tem outra utilidade que não seja a de ser reinvestido num novo ciclo D'-M-D". A produção de valor suplanta a produção de riqueza, a quantidade suplanta a qualidade. O meio torna-se o fim, o fim torna-se o meio e o dinheiro torna-se no capital: uma soma de dinheiro que corre à procura de uma mais-valia, um valor que se valoriza a si próprio absorvendo sempre mais trabalho abstrato e tendendo, assim, para um crescimento sem fim.

PARA POSTONE, NÃO É POR ACASO QUE MARX INICIA A SUA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA COM UM CAPÍTULO SOBRE A MERCADORIA E OS SEUS MISTÉRIOS: TUDO O RESTO DERIVA DAQUI.

DINÂMICA DIRECIONAL DO CAPITALISMO E SUBMISSÃO DO TRABALHO

Portanto, existe uma lógica produtora do valor e, consequentemente, da dominação do trabalho abstrato que constitui a sua substância. Para Postone, esta lógica não tem precedente, de tal forma que o capitalismo é a primeira sociedade da história humana que apresenta aquilo a que ele chama uma «dinâmi-

ca direcional»4. Esta é sustida por uma «trajetória de produção» que põe em evidência e exacerba os traços únicos da exploração do trabalho neste modo de produção: de facto, a força de trabalho – por ser produtora de (sobre)valor – é explorada e é, definitivamente, a verdadeira matéria-prima, o objeto real da produção. Segue-se que o trabalho enquanto atividade se torna cada vez mais «vazio e fragmentado».

A pressão no sentido desta degradação do trabalho apenas pode acentuar-se no decurso da «trajetória da produção». Assim, e segundo Postone, a determinação temporal do valor tem, para o capitalismo, uma «pulsão contínua de aumento da produtividade». Esta leva-o, inevitavelmente, a aumentar a sua composição orgânica e a pôr em movimento uma força de trabalho que é ao mesmo tempo cada vez mais reduzida e cada vez mais crucial à produção de sobrevalor, ficando, consequentemente, cada vez mais despoticamente subordinada a categorias abstratas. Esta força de trabalho, para continuar a gerar sobrevalor em quantidade suficiente, tem de ser incorporada em quantidades crescentes de matérias-primas, o que constitui uma das causas da degradação conjunta do ambiente.

Seguindo o rasto da análise marxista da cooperação, Postone reconstrói o filme desta degradação do trabalho ao longo das transformações que marcaram a passagem da manufatura para a grande indústria. Na cooperação simples, o processo do trabalho não é afetado: o capital contenta-se em apropriar-se do excedente da força produtiva que se liberta da cooperação de um grande número de artesãos transformados em assalariados. Na manufatura, o processo de trabalho é decomposto em operações sucessivas de trabalhadores distintos que só podem trabalhar como "parte de um todo". A obrigação que têm em vender a sua força de trabalho não reside apenas no facto de serem despojados dos meios de produção, mas também nas características do próprio processo de produção. A organização deste torna-se, portanto, especificamente capitalista.

Contudo, esta etapa da «trajetória de produção», a que Marx chama «a submissão real do trabalho pelo capital» não está terminada. Ela é apenas organizacional, não é técnica (Postone também não é explícito quanto ao aspeto técnico da submissão e voltarei a este ponto). A manufatura é apenas uma «forma transitória», no seio da qual «os trabalhadores se servem sempre das ferramentas e não o inverso», de tal modo que «o trabalho humano permanece a força produtiva essencial da riqueza material». A mudança no sentido de uma forma especificamente capitalista do processo técnico de produção acontece quando os avanços científicos e tecnológicos permitem o desenvolvimento da grande indústria ou as ferramentas são substituídas pelas máquinas, e depois as máquinas produzidas por máquinas. A ferramenta era um prolongamento do trabalhador, o trabalhador é o prolongamento da máquina.

A GRANDE INDÚSTRIA: O SALTO QUALITATIVO E A DOMINAÇÃO CONTRADITÓRIA DO CAPITAL

Postone sublinha a importância de um facto trazido à luz por Marx nos Grundrisse: para a grande indústria, o trabalho humano imediato e a natureza não são as duas únicas fontes de riqueza material. De facto, as máquinas materializam, por assim dizer, a aparição de uma terceira fonte que assume um papel cuja importância é crescente no capitalismo: o saber humano acumulado. Objetivado e apropriado pelo capital, incorporado por ele, assume-se perante os trabalhadores como uma força hostil. E, no entanto, o saber humano não é mais do que o resultado do trabalho das gerações anteriores. Longe de ser um produto do capital – mas como tal reclamado -, representa o que Marx designa de «força produtiva geral» da Humanidade, decorrente da «sua compreensão e domínio da natureza», da «sua existência enquanto corpo social, numa palavra, do desenvolvimento do indivíduo social».

A grande indústria marca na «trajetória de produção» um salto qualitativo que Postone põe bem em evidência. Citando O Capital: Enquanto que «a divisão do trabalho na manufatura deve ser adaptada ao trabalhador e, neste sentido, é "subjetiva", a divisão do trabalho na era das máquinas é "objetiva": o processo de produção é analisado nos seus elementos constituintes com a ajuda das ciências e da natureza e sem ter em consideração os princípios (anteriores) da divisão do trabalho "centrados no trabalhador"» (p. 497). A partir deste momento, diz Postone, «a dimensão temporal abstrata do valor transforma-se na determinação de uma forma particular de organização e de disciplina do trabalho» (p. 480). O processo do trabalho exprime plenamente «a função específica do trabalho humano imediato sob o capitalismo, que é a de ser a fonte do tempo do trabalho objetivado».

Apoiando-se nos Grundrisse, Postone retira desta análise que a contradição maior do capitalismo, para Marx, não é a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações capitalistas de propriedade – que mais não é, diz ele, que uma contradição entre as esferas da produção e da distribuição. Segundo ele, a contradição maior atravessa a própria esfera da produção: opõe o facto de que, por um lado, graças à conversão da «força produtiva geral» da sociedade (a ciência e a tecnologia) em fonte principal

da riqueza material foi possível reduzir radicalmente o tempo de trabalho e conferir ao trabalho o seu sentido como atividade produtora da existência social, enquanto que, por outro lado, a acumulação de valor continua a depender do «roubo do tempo de trabalho do próximo». Este roubo constitui uma «base miserável» (Marx), mas sem o qual o capitalismo não passa, uma vez que é a sua própria essência. Noutros termos, a contradição agudiza-se entre as duas dimensões do processo de produção – processo de trabalho e processo de valorização –, elas mesmas sustentadas pelas duas dimensões da mercadoria e do trabalho.

Postone insiste, com razão, na diferença essencial que Marx estabelece entre riqueza e valor sendo, portanto, necessário referir aqui estas duas palavras. Esta diferença remete, com efeito, para o caráter duplo do trabalho no capitalismo. Para Marx, a riqueza é constituída por valores de uso, melhor dito, por objetos úteis5. Por serem produzidos pela natureza e pela atividade produtiva humana, caracterizam-se pelas suas qualidades, enquanto que o valor é uma abstração puramente quantitativa, uma expressão formal do trabalho abstrato, do tempo de trabalho social coagulado (Postone introduz a noção de «trabalho abstrato») – uma abstração que apenas se torna lei no modo de produção capitalista.

Para o autor, a passagem da manufatura para a grande indústria supõe uma dominação absoluta das categorias abstratas, mas esta dominação é contraditória, de modo que abre também uma possibilidade anticapitalista imanente e que não existia na época da manufatura. De facto, «enquanto que o trabalho humano permanece a força produtiva essencial da riqueza material, a produção dessa riqueza com alto nível de produtividade pressupõe, necessariamente, a mesma forma de trabalho, uma vez que o objetivo da produção é a acumulação de mais-valias (...). (Na época da manufatura) a natureza fragmentada, repetitiva, unilateral do trabalho só pode ser abolida por uma diminuição considerável da produtividade e, consequentemente, da riqueza material» (p. 491). A grande indústria, segundo Postone, permite fugir a esta escolha entre "riqueza e muito trabalho" versus "austeridade e menos trabalho": no momento em que a maior parte da riqueza material deixa de ser produzida pelo trabalho e passa a ser produzida pelo saber humano acumulado, emerge a possibilidade histórica da superação de um processo de trabalho capitalista... Mas esta superação necessita da abolição do valor e do que por ele é moldado, em particular, a grande indústria.

O ERRO DO "MARXISMO TRADICIONAL" FOCADO NA DISTRIBUIÇÃO

O erro do "marxismo tradicional", segundo Postone, é não ter compreendido isto e não ter retirado todas as conclusões. Mas tem um grande alcance estratégico. O socialismo pretende ser a negação do capitalismo. Falhamos o essencial se o definimos (apenas?) como a abolição da propriedade privada dos meios de produção: para o autor, não se trata (apenas?) de acabar com o mercado para pôr a esfera da distribuição em adequação com a da produção, pois esta esfera é, ela própria, o lugar da contradição capitalista. Não se trata (apenas?) de instaurar a propriedade coletiva do aparelho coletivo capitalista, uma vez que este aparelho é o produto da trajetória capitalista ditada pela dominação do trabalho abstrato. Também não se trata (apenas?) de eliminar a classe capitalista para permitir ao "trabalho proletário" realizar-se, uma vez que «o trabalho proletário é a base do capital», ele «não é, portanto, o fundamento da possível negação da formação social capitalista». (Mais adiante, explicarei as razões do "apenas?"). Postone não poupa ninguém. Segundo ele, todos os marxistas (ele não cita um único, e é irritante; quem escaparia ao "marxismo tradicional"?!) cometeram o mesmo erro fundamental de interpretação d'O Capital: interpretaram o valor como uma "lei" de regulação económica inconsciente que determina a distribuição do trabalho entre os ramos e dos produtos do trabalho entre as classes, e não como uma categoria que estrutura a esfera da produção, quer nos seus aspetos organizacionais, quer nos seus aspetos técnicos. Não compreenderam a importância-chave da categoria marxista do trabalho abstrato, a partir da qual o enfoque central da crítica do capitalismo se desloca da esfera da distribuição para a esfera da produção e que é, ao mesmo tempo, produção das características da sociedade no seu conjunto ("fábrica da modernidade", segundo a expressão de Postone). Por seu lado, este erro sustenta-se, segundo Postone, na ideia de que «a teoria do valor de Marx não é mais do que uma ideia mais refinada e mais coerente da teoria do valor-trabalho de Ricardo», que Marx não divergiria fundamentalmente deste que a partir da análise da mais-valia (uma vez que mostra como o lucro é uma forma de mais-valia). Mas, Postone lembra que a divergência de Marx com Ricardo é mais profunda: enquanto Ricardo considera "o trabalho" em geral como fonte de valor (e faz, portanto, não apenas do trabalho, mas também do valor, um dado trans-histórico da produção social), Marx considera o valor como uma forma histórica que advém da forma específica do trabalho (de facto, as relações de produção) no modo de produção capitalista. Contrariamente a Ricardo, não se contenta em trazer o valor para o trabalho em geral; tenta compreender como e porquê (em que contexto social e histórico) o trabalho

nesta forma específica precisou do valor6. Parece mais credível, até porque coerente com a atitude intelectual que Marx adotou para criticar a religião e que o levou a separar-se do materialismo de Feuerbach: trata-se de «elevar-se do abstrato ao concreto», é o único método "cientificamente correto" (introdução aos Grundrisse).

A crítica de Postone não é absolutamente desprovida de fundamento. As citações de Dobb, Sweezy, Mandel e outros, reunidas na primeira parte do livro, atestam-na. Antoine Artous traz elementos suplementares no seu prefácio ao livro de Isaak Roubine e nota-o na sua recensão: no seu ensaio sobre «a formação do pensamento económico de Karl Marx»7, Ernest Mandel não evoca a noção de "trabalho abstrato"... que Marx considerou como o seu principal contributo científico. E, de facto, o trabalho abstrato pode ser considerado como a descoberta maior d'O Capital: é graças a esta categoria que Marx distingue o valor do valor de troca, demonstrando a seguir que a mais-valia é mesmo a única fonte do lucro e da renda, de maneira que o valor, apesar das aparências, é o regulador subterrâneo dos fenómenos que se manifestam à superfície do sistema capitalista. Noutros termos, o trabalho abstrato é o elo que permite "unir" a crítica da economia política que avança do abstrato para o concreto, entre o primeiro e o terceiro livro d'O Capital.

Segundo Postone, o "marxismo tradicional" tende a rebaixar a ambição do autor d'O Capital. De facto, Marx não pretendia aperfeiçoar a ciência económica, mas sim criticá-la implacavelmente e, através dela, criticar o capitalismo, que ele entendia mostrar que incluía a possibilidade imanente da sua própria superação. Deste ponto de vista, Tempo, trabalho e dominação social merece ser visto como um contributo para uma interpretação revolucionária da obra de Marx. Mas é uma interpretação entre outras, as quais Postone tende a negar a existência. Em particular, Isaak Roubine defendeu, desde os anos vinte do século passado, a importância-chave do trabalho abstrato, de que o fetichismo da mercadoria não é mais do que uma metáfora: um elemento decisivo da teoria do valor, que implica a centralidade da esfera da produção em relação à da distribuição.8

UM CAPITALISMO ADMINISTRATIVO, SEM MERCADO NEM CONCORRÊNCIA?

No entanto, Postone estica demasiado o argumento. Ao defender que a contradição maior do sistema é o facto de a esfera da distribuição não se opor à esfera da produção, mas antes atravessá-la, deduz que o mercado e a propriedade privada dos meios de produção não são essenciais ao capitalismo. «Ainda que o modo de circulação da mercadoria tenha sido necessário à génese histórica da mercadoria enquanto forma totalizante – diz ele –, este (o mercado) não permanece, forçosamente, essencial a este modo de circulação. É possível conceber uma outra forma de coordenação e generalização – administrativa, por exemplo – que desempenhe a mesma função. Uma vez estabelecida, a lei do valor pode também ser mediatizada politicamente» (p. 428).

Para que possa manter esta afirmação, é necessário que o autor demonstre que "a pulsão contínua do aumento da produtividade", e que é a fundação típica da "trajetória de produção" capitalista, não decorre da concorrência entre capitais rivais. Portanto, o autor escreve o seguinte: «Ainda que se possa recorrer à concorrência entre capitais rivais para explicar a existência do crescimento, (...) não é possível explicar adequadamente esta trajetória em termos de mercados e de propriedade privada (...). Independentemente de resultar ou falhar, a planificação representaria uma resposta consciente aos constrangimentos exercidos pelas formas alienadas das relações sociais expressas pelo valor e o capital, mas não as superaria» (p. 461).

Portanto, poderíamos ter um «capitalismo administrativo», sem mercado nem propriedade privada dos meios de produção, em que a lei do valor seria "mediatizada politicamente", diz-nos Postone. A fraqueza da argumentação salta aos olhos. Por um lado, o capitalismo nasceu, historicamente sob a forma de "capitais numerosos" (Marx) e a sua dinâmica contraditória de destruição-construção – muito bem descrita por Postone – faz com que as tendências para a concentração e centralização do capital sejam constantemente mitigadas pelo aparecimento de novos mercados que os novos capitais tentam ocupar num contexto altamente concorrencial. Por outro lado, e sobretudo, supondo por um momento um capitalismo composto por um único capital, não haveria diferenças entre valor e preço, entre os valores de troca e os preços de produção, e entre o lucro médio e a mais-valia. Mas são estas as diferenças que incitam os capitalistas a investir em máquinas, para baixar o preço de produção dos seus negócios abaixo do preço de produção médio e encaixar assim um lucro acrescentado (ou "renda tecnológica"). Aliás, se não existir diferença entre valor e preço, torna-se incompreensível como é que coisas que não sejam produto do trabalho possam ter um preço. Além do mais, esta compreensão é decisiva à análise do preço da força de trabalho e à crítica das estratégias neoliberais de "internalização das externalidades ambientais".

Postone descreve muito bem aquilo que designa de "moinho da disciplina" capitalista – o ajustamento

periódico da hora de trabalho social ao aumento contínuo da produtividade. Mas qualquer um pode constatar que este "moinho" é posto em movimento pela concorrência entre capitalistas que se confrontam para ganhar fatias do mercado. Ao admitir que este efeito automático da concorrência possa ser substituído por decisões políticas (para o que seria necessário um aparelho administrativo gigantesco), o "moinho da disciplina" não teria mais «o caráter de uma lei, um aspeto objetivo independente da vontade humana» (p. 427). Dado que Postone afirma, aliás, que o funcionamento automático do "moinho" constitui a «determinação inicial» da lei do valor e confere-lhe o seu caráter dinâmico de "transformações/reconstituições sociais permanentes", torna-se claro que o autor enterra-se aqui em contradições inextrincáveis. Assumir-se como o único intérprete pertinente de Marx, negando sempre que a divisão do trabalho social em múltiplos processos de trabalho privado é a característica da forma do valor é, no mínimo, audacioso. Porque, neste ponto, Marx é categórico: «O capital existe e só pode existir como pluralidade de capitais, e é por isso que a sua determinação surge como ação recíproca de diferentes capitais»9.

CAPITALISMO DE ESTADO, "MARXISMO TRADICIONAL" E CONTRARREVOLUÇÃO BUROCRÁTICA

A insistência teórica de Postone em afirmar que a contradição maior do capitalismo não opõe o caráter social da produção à propriedade privada dos meios de produção está, evidentemente, relacionada com a sua análise política da União Soviética e do "socialismo real" em geral. «Não se pode conceber o "socialismo realmente existente" e os sistemas de Estado-Providência ocidentais como sociedades radicalmente diferentes – escreve ele -, mas como variações relativamente grandes da mesma forma de Estado intervencionista do capitalismo mundial do século XX. Longe de demonstrar a vitória do capitalismo sobre o socialismo, o desmoronar recente do "socialismo realmente existente" pode ser visto como o desmoronar da forma mais rígida, mais vulnerável e mais opressora do capitalismo intervencionista de Estado» (p. 30).

Numerosos autores mostraram que o desmoronamento da União Soviética foi provocado, em última análise, pelo distanciamento da produtividade do trabalho entre a União Soviética e as economias capitalistas. Para sustentar a sua tese, Postone deveria, com toda a lógica, perguntar-se porque é que aquilo a que se costuma chamar de "capitalismo de Estado" não foi capaz de "mediatizar politicamente a lei do valor", de modo a assegurar desempenhos económicos pelo menos iguais aos das economias capitalistas baseadas na propriedade privada, na concorrência e no mercado. Dito de outra forma, para que fosse convincente, Postone deveria identificar o que cavou o fosso entre a produtividade do trabalho a Leste e a Ocidente, se é que não foi, precisamente, o facto de o gigantesco aparelho burocrático ter sido incapaz de mover regularmente o «moinho da disciplina», ou seja, de atuar de modo a que as relações de produção reproduzam espontaneamente a «forma específica» que o mercado e a concorrência conferem ao trabalho. Ora, sem esta «forma específica» do trabalho, sobre a qual insiste Postone e com razão, toda a análise de Marx da forma mercadoria e das categorias que dela derivam, desmancha-se como um castelo de cartas. É aí que a porca torce o rabo: amassando o fenómeno burocrático com o capitalismo, Postone contradiz a sua própria tese.

Postone tem toda a razão ao considerar que a relação do socialismo com a liberdade não é contingente: a «não liberdade persistente» é incompatível com o socialismo; uma sociedade autenticamente socialista deve significar mais liberdades e direitos democráticos que o capitalismo, e não menos. No entanto, não tem razão quando imputa a ausência de liberdade nos países do "socialismo real" às conceções "marxistas tradicionais" que, segundo ele, apenas veem «em termos de alternativas estatais ao mercado e à propriedade privada». De uma assentada, o balanço que Postone faz da história do século XX isenta o estalinismo de qualquer responsabilidade: «o resultado (da revolução russa) não foi, e não podia ter sido, uma sociedade pós-capitalista», escreve ele (p. 69). Inútil, portanto, interrogar-se sobre os privilégios burocráticos, o processo de Moscovo, a coletivização forçada da agricultura, a calamitosa "teoria do socialismo de um só país", incluindo os erros dos bolcheviques... Postone nega tudo isto no fracasso do "marxismo tradicional": «A superação do capitalismo pelo socialismo, tal como a vê o marxismo tradicional, encerra uma transformação não essencial da sociedade, incluindo os aumentos dos seus aspetos negativos» (p. 70).

LUTA DE CLASSES: AS ESTRANHAS DEDUÇÕES DE POSTONE E A AMBIGUIDADE DO "NÃO APENAS"

As afirmações de Postone sobre as classes e a luta de classes são, pelo menos, tão problemáticas quantos as afirmações sobre a propriedade privada e o mercado. O autor tem razão ao considerar que a superação do capitalismo implica a superação da classe trabalhadora, não a sua "realização". Aliás, é bem evidente que a classe trabalhadora não é espontaneamente antica-

pitalista – as outras camadas exploradas e oprimidas também não. Daí a afirmar que «a luta de classes e o sistema estruturado na troca de mercadoria não assentam sobre princípios opostos» e que «este tipo de luta não representa uma perturbação de um sistema, de outro modo, harmonioso» (p. 466) vai um passo largo e perigoso. Onde pretende Postone pôr a tónica? No facto de o capitalismo não ser «harmonioso»? Ou no facto de a luta de classes «não representar uma perturbação» do sistema? A primeira proposição é absurdamente evidente e a segunda é evidentemente absurda – os esforços que os capitalistas empregam para asfixiar a luta de classes são testemunho suficiente.

Esta abordagem conduz Postone a deduções estranhas, que se podem razoavelmente qualificar de "maximalistas" ou "esquerdistas". Um exemplo esclarecedor é o modo como o autor contradiz O Capital quanto ao sentido do combate pela redução de tempo de trabalho. Para Marx, trata-se de um eixo estratégico, uma «luta secular», «uma guerra civil longa, pertinente e mais ou menos dissimulada» entre «o capitalismo, ou melhor, a classe capitalista e o trabalhador, ou seja, a classe trabalhadora», uma luta «contra o roubo do tempo que deveria ser empregue a respirar o ar livre e a gozar a luz do sol»10. Ora, ainda que se apresente como o campeão da contestação do trabalho na esfera da produção, Postone rebaixa o combate pela redução do tempo de trabalho ao ponto de o tornar irrisório (tão «não essencial», em suma, quanto a vitória da revolução russa): «Segundo Marx, escreve ele, as manifestações da luta de classes entre os representantes do capital e os trabalhadores sobre as questões do tempo de trabalho (...) são estruturalmente intrínsecas ao capitalismo e, por isso mesmo, são um elemento da dinâmica deste sistema» (p. 63). O paradoxo aqui é enorme. A ponto de se poder devolver a Postone esta frase d'O Capital sob a forma de pergunta: «Tempo para a educação, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento das funções sociais, para o relacionamento com parentes e amigos, para o livre jogo das forças do corpo e do espírito (...), pura parvoíce "intrínseca do capitalismo"»?

Para não cair no exagero, é necessário precisar que algumas das afirmações mais discutíveis de Postone podem mudar de sentido consoante estão "temperadas" – ou não – pelas palavras "apenas" ou "não apenas". A passagem seguinte é esclarecedora: «Não podemos apreender adequadamente os traços da produção capitalista se os virmos apenas em função do facto de os meios de produção e os produtos pertenceram aos capitalistas e não aos trabalhadores. Dito de outra forma, a conceção que Marx tem das relações sociais constituídas na esfera de produção não podem ser compreendidas apenas em termos de relações de exploração de classes» (p. 414) (itálico de Tanuro). Com "apenas", as duas afirmações são corretas, sem esta pequena palavra deixam de o ser. Porém, os dois tipos de formulação estão presentes ao longo de toda a obra (razão pela qual, mais acima neste texto, se adicionou a questão "apenas?" a algumas das conclusões de Postone).

O BALANÇO QUE POSTONE FAZ DA HISTÓRIA DO SÉCULO XX ISENTA O ESTALINISMO DE QUALQUER RESPONSABILIDADE(...) . INÚTIL, PORTANTO, INTERROGAR-SE SOBRE OS PRIVILÉGIOS BUROCRÁTICOS, O PROCESSO DE MOSCOVO, A COLETIVIZAÇÃO FORÇADA DA AGRICULTURA, A CALAMITOSA "TEORIA DO SOCIALISMO DE UM SÓ PAÍS", INCLUINDO OS ERROS DOS BOLCHEVIQUES...

E, NO ENTANTO, UMA ABORDAGEM RADICAL E FECUNDA DAS IMPLICAÇÕES PARA O ECOSSOCIALISMO

Não é necessário que esta discussão crítica escamoteie o interesse do trabalho de Moishe Postone nas questões que levanta – ou que suscita. Nada direi acerca da parte da obra consagrada a Lukács, à Escola de Frankfurt e a Habbermas, a não ser que a discussão sobre o pessimismo de autores como Pollock e Orkheimer são apaixonantes e subtis. De uma maneira mais geral, mesmo que não se retirem as conclusões unilaterais e maximalistas-esquerdistas acima discutidas (sobre o mercado, a propriedade privada, a luta de classes, a redução do tempo de trabalho, etc.), a interpretação da teoria crítica de Marx por Postone é bastante convincente e fecunda.

O mérito maior desta interpretação é o de entender o capitalismo na sua totalidade contraditória e dinâmica enquanto sociedade em transformação/reconstrução perpétua sob o domínio da mais-valia. Alguns não marxistas – e mesmo alguns marxistas, "tradicionais" ou não, – tendem a fazer de Marx um economista crítico do capitalismo, no sentido do fundador epónimo de um sistema económico alternativo. Uma certa lei-

tura "economicista" d'O Capital contribui para subestimar as questões do feminismo, do antiprodutivismo, do antirracismo, da revolta contra a alienação e das "questões societais" em geral. Ao desenvolver a crítica do trabalho abstrato como categoria estruturante e despótica à escala da sociedade inteira, ao definir a alienação como a submissão social a esta categoria (e não apenas em termos da expropriação dos meios de produção, mas também dos produtos do trabalho), Postone inscreve-se – mas não é o único! – na crítica radical de uma sociedade fetichista pilotada às cegas por abstrações absurdas disfarçadas de leis naturais.

Estando "o trabalho" no centro destas abstrações, Postone, contrariamente aos autores da Escola Frankfurt e a Habbermas, rompe com o "economicismo" sem romper com a centralidade da questão da produção. Pelo contrário, a sua análise reforça esta centralidade. Assim, ela pode ajudar a compreender a crise do sentido do trabalho nas sociedades capitalistas desenvolvidas de hoje em dia e as suas múltiplas consequências para o trabalho e para a vida em geral.

A forma como o Tempo, trabalho e dominação social evoca a questão ecológica ilustra a riqueza potencial desta abordagem geral. Um dos méritos de Postone é chamar a atenção para a importância da fórmula de Marx que caracteriza a grande indústria como «forma especificamente capitalista». Ao fazê-lo, o autor leva, de facto, a água ao moinho dos ecossocialistas/ecomarxistas que defendem que as tecnologias não são neutras, que a manipulação genética, a utilização de combustíveis fósseis e da energia nuclear, por exemplo, são feitos à medida pelo e para o capitalismo, de tal modo que uma sociedade autenticamente socialista deveria banir o seu uso.

No entanto, o autor parece insuficientemente consciente que esta especificidade capitalista inclui não apenas as formas de organização do trabalho, mas também as técnicas que as sustentam, estando elas pervertidas pela subordinação da ciência aos objetivos capitalistas. Como refere Jean-Marie Harribey, em Postone há estranha "encruzilhada" entre o produtivismo e a neutralidade das tecnologias11.

Apesar desta "encruzilhada", um aspeto interessante de Tempo, trabalho e dominação social é o facto de Postone não se contentar apenas em mencionar o antagonismo entre o caráter limitado dos recursos e a tendência para o crescimento ilimitado do capital. Indo além desta constatação, Postone examina as consequências de que, em capitalismo, o trabalho abstrato (onde é o valor que confere a sua substância) mediatiza não só as relações de produção entre humanos, mas também as suas relações com a natureza. Esta é a produtora da riqueza material, mas a natureza, tal como o trabalho concreto, não participa na determinação do valor, que depende apenas do tempo de trabalho abstrato. Esta abordagem sugere que o capitalismo, ao «amalgamar as duas dimensões da sociedade – as relações entre os homens e as relações dos homens com a natureza», torna invisível, por assim dizer, a dependência da humanidade relativamente aos recursos naturais e ao impasse produtivista (p. 325).

Uma segunda consequência da mediatização própria do capitalismo é que este modo de produção, segundo Postone, determina também uma conceção muito particular da natureza: o facto de «as formas de relações sociais que (o) caracterizam não aparecem de todo como sociais, mas como "naturais" (....), condiciona não apenas as compreensões do mundo social, mas também as do mundo natural» (p. 225). O autor demonstra-o comparando, em traços largos, a sociedade capitalista com sociedades não capitalistas. Na primeira, as relações sociais e as relações sociedade-natureza são constituídas pelo trabalho que as mediatiza; nas segundas, é o inverso: o trabalho é determinado pelas relações sociais e pelas relações com a natureza12. Daqui resulta que «a natureza, numa sociedade tradicional, é dotada de um caráter tão "essencialmente" diversificado, personalizado e não racional como as relações sociais caracterizam a referida sociedade» (p. 256).

Em capitalismo, pelo contrário, «tudo o que era sagrado é profanado» (Marx), homogeneizado e abstraído pela passagem na picadora do valor, portanto, do trabalho abstrato e da moeda. «A natureza particular da mediação social engendra uma antinomia – bem característica das visões ocidentais do mundo moderno – entre uma dimensão concreta "predefinida", "secularizada" e uma dimensão puramente abstrata, pela qual é velada a natureza socialmente constituída das duas dimensões, bem como a sua relação interna» (p. 390). Para Postone «existem inúmeras semelhanças entre as características destas formas sociais e as características da natureza tal como a ciência do século XVII as concebia» (p. 260), ou seja, um conjunto de objetos que apresentam características comuns, abstratas e quantificáveis matematicamente. Esta conceção não é desprovida de ligação a «uma das características essenciais das ciências de natureza modernas (que) é o seu caráter instrumental» (p. 266). Sob o domínio do capital, e com a bênção da ciência, o ser humano e a natureza de que ele faz parte são transformados em meios ao serviço da acumulação.

Continuando a examinar as implicações epistemológicas da conceção capitalista da natureza, Postone nota que «a teoria da prática social sob o capitalismo de Marx é uma teoria da constituição pelo trabalho

das formas sociais que mediatizam as relações dos homens entre eles e com a natureza e que são, ao mesmo tempo, formas de ser e de consciência» (p. 326). É, então, necessário «distinguir dois momentos na relação dos homens com a natureza: a transformação da natureza, da matéria e do ambiente enquanto resultado do trabalho social, e as conceções que os homens têm da realidade natural» (p. 328). «Estas conceções (...) não se adquirem de forma pragmática (simplesmente a partir de lutas com a natureza e das transformações desta última) mas (...) enraízam-se no caráter das formas sociais determinadas que estruturam estas interações com a natureza» (p. 326). Esta reflexão é pertinente, sobretudo, como refere o autor, para ter em conta a pressão que os meios de financiamento exercem sobre a avaliação científica da crise ecológica, por um lado, e as conceções tendenciosas que os próprios investigadores têm da "natureza" (conceções tendenciosas que se manifestam claramente nos trabalhos do GT3 do GIEC, por exemplo13).

Outro ponto interessante: a sua análise da produtividade como «moinho de disciplina» leva Postone a mostrar que o antagonismo entre o crescimento do capitalismo e a finitude dos recursos apenas se pode agudizar com o decorrer do tempo. De facto, os recursos naturais devem funcionar como «suportes do valor e não como simples elementos constitutivos da riqueza material. (O capital) não consome apenas a natureza material enquanto material de riqueza, mas também enquanto meio (...) de extrair e absorver o máximo de tempo de sobretrabalho possível». Quanto mais a produtividade do trabalho aumenta, mais deve crescer a quantidade de recursos consumidos para que se produza uma mesma quantidade de mais-valia. «O valor constitui uma base cada vez mais estreita relativamente aos enormes aumentos de produtividade que induz» (p. 525). A destruição económica não é uma função linear do crescimento, e não pode ser de outra forma, segundo Postone. Note-se que esta conclusão teórica é validada pelo perfil, praticamente exponencial, da maioria das curvas que representam a evolução de diferentes indicadores da "crise ecológica" em função do tempo (tais como as consequências das emissões de gases com efeito de estufa, os nitratos, os fosfatos, a extinção das espécies, etc.).

ALGUMAS QUESTÕES EM SUSPENSO

Outras ecológicas questões abordadas – por vezes furtivamente – na obra Tempo, trabalho e dominação social convidam indiretamente a abordar outras que o autor não cita. Sem entrar no debate acerca de categoria "trabalho abstrato" introduzida por Postone, assinale-se, por exemplo, que a sua análise da aceleração do capitalismo ao longo do "tempo histórico" é estimulante.

Em particular, permite captar num único movimento as diversas manifestações concretas que advêm do facto de a velocidade crescente da rotação do capital afetar também a exploração dos recursos naturais: neste quadro incluem-se, por exemplo, o encurtamento da vida dos animais para abate, o encurtamento do tempo mínimo entre a fecundação e o parto do gado, a seleção de árvores de crescimento rápido (para captar mais carbono atmosférico). Todos estes fenómenos refletem o facto de o capital incorporar a força da natureza na dança produtivista de Saint-Guy, com consequências em termos das quantidades de recursos utilizados, mas também em termos qualitativos.

O capitalismo mistura duas ordens de relação que caracterizam toda a sociedade humana (entre os humanos, por um lado, e entre os humanos e natureza, por outro). No momento da conclusão, Postone não explora este elemento que, no entanto, havia sido evidenciado na sua obra. Escreve que «a trajetória do desenvolvimento capitalista contém uma possível negação histórica determinada que permitiria a constituição de uma outra forma de mediação social, não "objetiva", a constituição de um outro modo de crescimento e de um modo de produção tecnologicamente avançado que já não estaria determinado pelos imperativos do valor. Os homens, refere Postone, em vez de serem dominados pelas suas capacidades produtivas socialmente gerais e a elas submetidos, poderiam utilizá-las em seu proveito (...), a vida poderia ser mediatizada de forma abertamente política e social» (pp. 529-530). Esta conclusão parece-me insuficiente. Face à amplitude formidável do desafio ecológico e do seu complexo impacto nas consciências, o projeto socialista não pode contentar-se em pôr em perspetiva uma outra forma de crescimento e um outro modo de relação entre humanos: deve também elaborar e submeter à discussão os princípios de uma nova forma de relação entre a humanidade e o resto da natureza (e, portanto, também uma outra forma de relação entre humanos e não humanos).

A interpretação postoniana de Marx considera que a alternativa ao capitalismo existe como possibilidade "moderna" imanente e decorre da contradição entre o que é e o que seria possível se «a força produtiva geral da humanidade» fosse mobilizada ao serviço de uma outra lógica. «A superação da alienação, escreve ele, não contém a reapropriação de uma essência que existiu, mas a apropriação (coletiva) do que se constituiu sob uma forma alienada» (p. 57). Volta a encontrar-se aqui a ambivalência de Postone acerca do produtivismo, da tecnologia e do crescimento. A apropriação

por ele evocada é certamente um elemento decisivo da alternativa, mas convém adicionar duas notas: uma sobre o que transpôr do passado para o futuro e outra sobre o que há a apropriar – ou não.

Sobre o primeiro ponto, põe-se a questão: porque é que a «apropriação do que se constituiu sob uma forma alienada» se contrapõe à «reapropriação de uma essência que existiu anteriormente»? Os povos indígenas e os pequenos agricultores não terão qualquer coisa a ensinar-nos no que diz respeito às relações entre humanos e a natureza? Os artesãos não terão algo a ensinar-nos em termos da realização de si próprio na "bela obra" que concorre com o trabalho social? O Marx "da maturidade" não escreveu a Vera Zassoulitch que a comuna rural poderia permitir à Rússia passar diretamente para uma transição do tipo socialista?

Quanto ao segundo aspeto, tendem a assumir que todo o aumento da produtividade do trabalho nos aproxima objetivamente do socialismo (mais ou menos identificado pela quase eliminação do trabalho manual). Postone não se demarca desta interpretação. Pela minha parte, inclino-me a considerar que ela deve ser questionada, que o trabalho manual (talvez devesse ser antes referido como a atividade produtiva manual) não pode ser unicamente considerado em termos de carga a eliminar e que «o que se constitui sob uma forma alienada» merece ser submetido a exame antes da «apropriação coletiva». A Postone falta-lhe aqui espírito crítico face ao "marxismo tradicional".

Para além da discussão sobre a interpretação de Postone da teoria crítica de Marx, Tempo, trabalho e dominação social deveria, sobretudo, incitar os marxistas a pensar os problemas levantados pela "crise ecológica" enquanto desafio maior que ameaça a humanidade no século XXI. O próprio Postone não traz resposta. Contenta-se em notar que «análise do caráter dinâmico do capitalismo é também potencialmente uma análise das transformações históricas da subjetividade» (p. 65). Ora, para uma transformação histórica maior da subjetividade não chega levantar a questão "que sociedade queremos?" Sendo, como afirma Neil Smith, o capitalismo um produtor de natureza14, é imperativo ligar esta questão a uma outra: "que natureza queremos?"

ANEXO: A PROPÓSITO DO TRABALHO ABSTRATO

Uma censura a fazer a Postone é, sem dúvida, a sua pretensão de se posicionar como intérprete autêntico do "Marx da maturidade". Em vez de considerar a obra de Marx como aberta a diferentes hipóteses de trabalho, que todas as suas hipóteses não foram escalpelizadas e que inúmeras interpretações dos textos são, consequentemente, legítimas, Postone tende a forçar a barra. Um exemplo flagrante, na minha opinião, diz respeito ao debate acerca do fundamento psicológico ou não do trabalho abstrato.

Em O Capital, Marx escreve que «todo o trabalho é por um lado dispêndio, no sentido fisiológico, da força humana e, a respeito de trabalho igual, forma o valor da mercadoria». Esta frase incomoda Postone. De facto, se o trabalho abstrato criador de valor é apenas a manifestação do facto fisiológico de que todo o trabalho é um dispêndio de energia, então conclui-se que o trabalho abstrato e o valor não são específicos do sistema capitalista, contrariamente ao que afirma Postone.

Confrontados com esta mesma dificuldade, outros autores (notavelmente I. Roubine) resolveram-na afirmando que o facto fisiológico do trabalho como gasto de energia não é mais do que a pressuposição da categoria de trabalho abstrato, que apenas pode surgir numa sociedade capitalista e mercantil e que é de cariz social, não natural. Em vez disso, Postone pretende, na minha opinião de forma pouco convincente, que a frase de Marx acima citada resulta do facto de o autor d'O Capital se ver obrigado a apresentar a lógica do capitalismo a partir do interior, o que justificaria o recurso a uma definição fisiológica e, portanto, capitalista, do trabalho abstato.

***Tradução de Tatiana Moutinho**

* Daniel Tanuro é engenheiro agrónomo e jornalista, autor do livro "O Impossível Capitalismo Verde".

REFERÊNCIAS:

1. Moishe Postone, Temps, travail et domination sociale. Une réinterprétation de la théorie critique de Marx, Ed. Mille et une Nuits, 2009.

2. Antoine Artous, «L'actualité de la théorie de la valeur de Marx. A propos de Moishe Postone, Temps, travail et domination sociale».

3. Jacques Bidet, «Misère dans la philosophie marxiste: Moishe Postone lecteur du Capital».

A crítica de J. Bidet refere-se, notavelmente, à questão amplamente disputada da existência, ou não, de um modo de produção mercantil pré-capitalista.

4. A ideia do capitalismo como a única sociedade da história que apresenta uma "dinâmica direcional" é interessante, mas será exata? E as outras formações sociais? E a sociedade esclavagista da antiguidade grega e romana poderia reproduzir-se sem adquirir sempre mais novos escravos e, portanto, territórios, sem ter de recorrer à guerra? Não existia aqui uma "dinâmica direcional" (que, de resto, parece ter desempenhado um papel decisivo no desmoronamento do Império Romano)? Leia-se Maurice Godelier, L'idéel et le matériel, Flammarion, 2010.

5. Remeto aqui para a tese de Tran Hai Hac, que considera que o valor de uso não é coisa útil em geral, mas coisa útil subsumida ao valor e, portanto, forma de coisa útil específica do capitalismo. Tran Hai Hac, Relire le capital. Marx critique de l'économie politique et objet de la critique de l'économie politique, Cahiers Libres, Ed. Page 2, 2003. Esta distinção entre valores de uso e utilidade é importante do ponto de vista do ecossocialismo, porque é fundadora da crítica do modo de consumo determinado pela produção capitalista – não apenas em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos – e estabelece a ligação com o conceito marxista de necessidades humanas reais. Ela é, aliás, coerente com a distinção entre riqueza e valor.

6. Esta interpretação é notavelmente explicitada por Isaak Roubine[fn] Essais sur la théorie de la valeur de Marx, Syllepse, 2009, p. 102.

7. Ernest Mandel, La formation de la pensée économique de Karl Marx. De 1843 jusqu'à la rédaction du Capital, Maspéro, 1967.

8. «A principal aquisição da teoria do fetichismo não é que a economia política dissimula sob a capa das categorias materiais as relações de produção de que se travam entre os homens; mas que, numa sociedade capitalista e mercantil estas relações de produção adquirem necessariamente uma forma material e só podem existir sob esta forma.

(...) Na sua forma abreviada e contemporânea, (a teoria do valor) diz que o valor da mercadoria depende da quantidade de trabalho socialmente necessária à sua produção (...). É mais apropriado exprimir a teoria de valor de forma inversa: na sociedade capitalista e mercantil, as relações que travam os homens durante a atividade de produção adquirem a forma do valor dos objetos e apenas podem surgir na forma material. O ponto de partida da procura, portanto, deixa de ser o valor e passa a ser o trabalho: não são mais as transações de troca de mercadoria enquanto tal, mas a estrutura de produção da sociedade de mercado o conjunto das relações de produção entre os homens. As transações de troca de mercadoria são, então, as consequências necessárias da estrutura interna da sociedade: são um dos aspetos do processo social de produção.»

9. Karl Marx, Manuscrits de 1857-58, tomo 1, p. 353.

10. Karl Marx, Le Capital, Livro 1, Capítulo X.

11. Jean-Marie Harribey (op. cit.) chamou a atenção sobre este aspeto. Postone evoca uma ideia, a de que numa sociedade socialista a «manutenção de um alto nível de produção» permitiria «uma outra forma de crescimento económico que não seria necessariamente diametralmente oposta aos interesses ecológicos duradouros da humanidade». Postone não parece consciente da necessidade ecológica de reduzir a extração de recursos e dos desastres que decorrem da sua utilização e não questiona, explicitamente, as tecnologias altamente produtivas. Esta falha na sua obra sublinha a necessidade de clarificar certas noções. O produtivismo pode ser definido como a necessidade do capital em "produzir por produzir", que implica também "consumir por consumir". Nas "teorias sobre a mais-valia", Marx explica que esta dupla tendência é uma obrigação que decorre da acumulação do capital fixo. O aumento da produtividade do trabalho tem seguramente um potencial libertador, mas, em capitalismo, está ao serviço da produção de mais-valia, logo, ao serviço do produtivismo. A alternativa passa, evidentemente, pela redução massiva do tempo de trabalho, mas esta partilha (quantitativa) dos ganhos de produtividade deve ser acompanhada pela crítica dos meios através dos quais foram adquiridos.

12. De facto, poder-se-ia dizer que Postone estende aqui o conceito de incorporação da economia – desenvolvido por Polanyi – à incorporação da sociedade no seu ambiente.

13. Para uma crítica do condicionamento ideológico dos trabalhos do GT3 no GIEC, ver Daniel Tanuro, «Le spectre de la géoingénierie hante l'accord de Paris sur le climat».

14. Neil Smith, Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space, Basil Blackwell, 2010.

15. Jean-Marie Harribey, Ambivalence et dialectique du travail. Notas sobre o livro de Moishe Postone Temps, travail et domination sociale, Contretemps, Nouvelle série, n.º 4, 2009, pp. 137-149.

+info: redeanticapitalista.net